



Universidade Federal do Ceará

CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E
SEGURANÇA PÚBLICA – TURMA II

NARCISO FERREIRA DE MENEZES

A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ:
O POLICIAL, SUA CAPACITAÇÃO E A BALA PERDIDA.

Fortaleza
Novembro / 2010

NARCISO FERREIRA DE MENEZES

A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ:
O POLICIAL, SUA CAPACITAÇÃO E A BALA PERDIDA.

Monografia apresentada ao Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE, para obtenção do grau de Especialista em Segurança Pública.

Orientadora: Dra. Celina Amália R. Galvão Lima

FORTALEZA – CE
2010

NARCISO FERREIRA DE MENEZES

A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ:
O POLICIAL, SUA CAPACITAÇÃO E A BALA PERDIDA.

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Segurança Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Narciso Ferreira de Menezes

Prof. (a)

Orientador (a)

Prof. (a)

Coordenadora

Fortaleza – Ceará
2010

A todos os policiais militares, com sua Instituição de 175 anos de existência e aos policiais civis com a Corporação de 168 anos de criação que diariamente ao longo do tempo, enfrentando todas as precariedades e deficiências desses órgãos, honestamente, executam suas atividades de guardiões da sociedade, combatendo a violência, dando o próprio sangue, alguns conseguindo cumprir o tempo da Corporação e outros tombando no exercício da profissão ou em função dela como heróis para a família.

AGRADECIMENTOS

A MEU DEUS.

Pai todo poderoso, pela benção em me proporcionar vida e forças para superar os obstáculos e sempre alimentar esperanças de vitória no amanhã.

A MINHA FAMILIA.

- Meus queridos pais, Lourival Lopes de Menezes e Francisca Ferreira de Menezes, por proporcionar minha educação e meios para que eu pudesse chegar nesse momento de glória.
- A minha esposa Valdênia Ferreira, pela compreensão de minhas ausências de sua companhia, de nosso Nafilho e do lar.
- Aos meus filhos mais próximos, Naedson e Narciso Filho por servirem de inspiração e motivação para esse triunfo na minha vida profissional.

AOS MEUS COLEGAS DE TURMA E AMIGO (A).

- Gumercindo (Guma) que com sua seriedade, maturidade e espírito fraternal estiveram sempre presente nas diversas atividades de estudos e de divertimento e principalmente porque aniversariamos no mesmo dia;
- Ferreira Butrago, nomeado como meu filho mais velho. Um policial especial por seu espírito de guerreiro e de conquistas nas suas empreitadas, onde ajudou de forma expressiva a todos e a mim em particular com sua maneira de ser bom amigo;
- Dinorá (Dina), pessoa meiga, simples e bastante compromissada com sua profissão. Colaborou de forma significativa através de sugestões que aprimoraram para a conclusão deste trabalho;
- Patrícia, amiga legal e divertida que tem um potencial para desfrutar na sua profissão dentro da Guarda Municipal de Fortaleza;
- Lauane, pessoa amiga e companheira que muito ajudou de todas as formas para a superação das dificuldades que se apresentavam em todos os momentos do curso e fora dele.

“Trate seus soldados como filhos e eles te seguirão aos vales mais profundos;”

“Trate-os como filhos queridos e o defenderão com o próprio corpo até a morte.”

Sun Tzu, “A arte da guerra”

RESUMO

A monografia aborda as diversas transformações na estrutura organizacional da Segurança Pública no Estado do Ceará. Foi analisada a repercussão dos investimentos realizados em tecnologia, viaturas e na formação e qualificação do profissional. Mostrou-se contrastante a grande aplicação de recursos em equipamentos e infra-estrutura e a reduzida atenção dada à capacitação da tropa. Tal fato resulta em má atuação das polícias e, conseqüentemente, em banalização e aumento da violência. Alguns fatos podem ser destacados, a saber: 1) o despreparo em condução de veículos especiais, que resultaram em vários acidentes automobilísticos; 2) a imperícia no manuseio de armas letais; 3) a ocorrência de balas perdidas, que a cada dia ceifam vidas inocentes, inclusive de policiais. Tais fatos podem ser observados em publicações jornalísticas do Estado que denunciam diariamente a ineficiência do serviço de segurança pública cearense. Tais publicações destacam ações desastrosas e o despreparo dos policiais, o que gera falta de credibilidade perante a sociedade. Diante destes fatos, esse estudo procurou identificar a forma, o local e o período de realização dos diversos cursos de formação e capacitação promovidos pela polícia militar e pela polícia civil. Objetivou com tal ação diagnosticar o real motivo da ineficiência na aplicação dos conteúdos ministrados em tais cursos no cotidiano de trabalho dos policiais. Buscou-se analisar os seguintes aspectos: as disciplinas ministradas e sua respectiva carga-horária; o tipo de treinamento ministrado para direção defensiva e para a condução de veículos de emergência; as condutas e os comportamentos exigidos para o desempenho da função policial; as armas e a quantidade de disparos realizados para o treinamento dos policiais que ingressam na carreira. Como resultados observaram-se a desqualificação policial para o uso de arma de fogo, tendo em vista os registros das ocorrências de disparos a esmo (conhecidas como balas perdidas). Tal fato apontou a existência de policiais com forte indicativo de despreparo envolvidos nessas ocorrências. Também foi realizada uma comparação entre a formação dada aos policiais cearenses. Constatou-se que, em administrações anteriores do Governo Estadual havia a participação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) nos cursos de formação e que a atual gestão a terceirizou e reduziu sua duração de seis para três meses. Tais constatações servirão de base para questionamentos futuros.

Palavras chaves: Segurança, Estado, Violência, Polícias, Formação, Qualificação.

ABSTRACT

The monograph discusses the various changes in the organizational structure of Public Security, State of Ceara, and the contrasts in capital improvement projects, training and qualification of professional loss, which results in poor performance of the police, and consequently the trivialization and increased violence. In focus, the lack of driving and the special handling of lethal weapons, resulting in several automobile accidents, as well as the infamous stray bullet, that every day innocent lives, even the police themselves. Result of several research publications in the state that journalists daily denounces the inefficiency of public safety Ceará translated into actions and disastrous unpreparedness of these officers, this study seeks to identify the shape, location and timing of the various training courses and training the military police and civil police, so that we can diagnose the real reason for the lax enforcement of such a course, which creates a lack of credibility in society. Thus, we try to analyze what the subjects taught and the hours available, the type of training in defensive driving and emergency vehicles, conduct and behavior required and supported the police service, which weapons and the number of shots made to the training of new police officer. Disqualification for police use of firearms was seen through the records of the occurrences of firing at random, known as stray bullet, involving officers with strong indication of unpreparedness. In analyzing the training of police Ceará, making a comparison was made between the previous administrations which had the participation of UECE (State University of Ceará) and the current government that the outsourced management and reduced from six to three months, the period of course, serving as parameters for future inquiries.

Keywords: Security, State, Violence, Police, Training, Qualification.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1. UMA ABORDAGEM SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ | 13 |
| 1.1 As Mudanças na Gestão de Política da Segurança Pública no Estado do Ceará | 15 |
| 1.2 A Dicotomia na Prestação da Segurança Pública do Ceará | 21 |
| 1.3 Os Órgãos de Segurança Pública Cearense, Respeito e Cidadania. | 24 |
| <i>1.3.1 A Atividade Ostensiva da PMCE</i> | 24 |
| <i>1.3.2 A atividade cartorária da Polícia Civil Cearense</i> | 25 |
| <i>1.3.3 Respeito e Cidadania</i> | 26 |
| 2. ANALISANDO A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ | 29 |
| 2.1 Formação e capacitação na Polícia Militar do Ceará | 29 |
| <i>2.1.1 A Duração do Curso de Formação na PM do Ceará</i> | 31 |
| <i>2.1.2. Locais de formação</i> | 33 |
| <i>2.1.3 Carga Horária e disciplinas ministradas</i> | 34 |
| <i>2.1.4 O Treinamento com Armas</i> | 37 |
| <i>2.1.5 Uma Segurança Pública Cearense Moderna e Inteligente</i> | 38 |
| <i>2.1.6 O modelo ideal de polícia para a sociedade cearense</i> | 40 |
| 3 AS DEFICIÊNCIAS NA CAPACITAÇÃO ADEQUADA AOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ | 44 |
| 3.1 As conseqüências da deficiência na formação e capacitação dos policiais cearenses no exercício das funções | 45 |
| 3.2 O comprometimento da atividade policial cearense e os desvios de conduta | 48 |
| 3.3 Fatores indutores e motivadores de comportamentos opostos à função exercida | 50 |
| 3.4 A deficiência na qualificação do policial do Ceará traz outra conseqüência: “A bala perdida” | 52 |
| 3.5 A questão da bala perdida e o policial cearense | 53 |
| 4 A PESQUISA SOBRE A BALA PERDIDA NO CEARÁ | 56 |
| 4.1 Ocorrências à bala durante o período de maio de 2004 a abril de 2009 no Ceará | 56 |
| <i>4.1.1 Ocorrências a Bala Segundo Dados do CIOPS no Período de maio de 2004 a abril de 2009</i> | 56 |
| <i>4.1.2 Ocorrências a Bala Perdida Segundo Dados do Jornal O Povo no Período de maio de 2004 a abril de 2009 no Ceará</i> | 58 |
| <i>4.1.3 Total de Ocorrências a Bala Perdida (CIOPS + Jornal O Povo) maio de 2004 a abril de 2009</i> | 59 |
| <i>4.1.4 Demonstrações evolutivas das Ocorrências a Bala de Acordo com Dados do CIOPS</i> | 60 |
| 4.2 O Policial Cearense, Fatores Comportamentais para a protagonização da Bala Perdida | 63 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 67 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 70 |
| ANEXOS | 71 |

INTRODUÇÃO

A segurança pública do Estado do Ceará passa por diversas transformações estruturais e organizacionais. Tais mudanças são motivadas pela importância política e social dada a essa pasta, aliada a exigência da sociedade por melhores serviços. O aumento da violência, da falta de confiança nas polícias e a sensação de insegurança que impera no Estado mostram-se como fatores importantes para tanto. Na tentativa de prestar um melhor serviço, algumas providências vêm sendo adotadas visando proporcionar mudanças na forma de atuação dos organismos policiais cearenses. Pode ser destacada a aquisição de modernos equipamentos de proteção individual, de armamento, de viaturas possantes e automáticas (modelo hilux) e a contratação de novos integrantes para as forças policiais cearenses.

Dentro do atual cenário da sociedade democrática, a análise da formação e da capacitação do policial tem trazido bastante inquietação. De forma geral, as conseqüências dessa formação constituem um dos principais fatores para a sensação prevalecente de que a providência mais difícil no Brasil é implementar uma política de segurança pública de qualidade, voltada para proteção do cidadão e para a garantia do respeito aos direitos humanos. Tais condutas deveriam caracterizar a atuação desses profissionais nas sociedades democráticas contemporâneas. Nesse sentido, a mudança de foco na atuação dos organismos policiais depende, em boa medida, de um treinamento eficaz.

Por isso o processo de formação é tão importante, pois visa a transmitir informação, desenvolver habilidades, atitudes e conceitos. Em uma política de segurança repressiva, os policiais são formados para atuarem de forma reativa. Todavia, em uma política baseada em gestão e prevenção, os policiais são treinados para agirem de forma pró-ativa na resolução de problemas que emirjam do cotidiano.

Para ser eficiente, o processo de formação e de capacitação do policial deve disponibilizar os conhecimentos necessários para o desempenho de sua atividade cotidiana. Contudo, a natureza do trabalho de polícia é complexa. Em uma sociedade democrática, esse profissional deve ser pró-ativo e buscar atuar na mediação de conflitos e, em algumas situações, buscar a solução de problemas.

Capacitar tecnicamente os profissionais que desempenham a atividade policial no Estado do Ceará é uma condição imprescindível para que se alcance um desempenho

satisfatório por parte dos integrantes da nossa força Estadual de segurança pública. Para tanto, fazem-se necessários cursos e treinamentos para: conduzir veículos de emergência; para usar adequadamente armas de fogo; bem como para o aprendizado de comportamentos convenientes durante o atendimento de ocorrências que exijam a intervenção da polícia. Esses são fatores essenciais para os policiais desempenharem com qualidade suas atividades.

Um fator importante tem sido a ocorrência de “balas perdidas” protagonizadas por policiais, objeto central deste trabalho. Tal denominação do senso comum define o disparo de arma de fogo que atinge pessoas não envolvidas em fato criminoso ou outras situações de disparo a esmo. Na medida em que tais situações envolvem profissionais de segurança pública, quer ou não no exercício de sua atividade, tem-se produzido nos gestores dessas instituições questionamentos sobre essa conduta, sobre o comportamento nela envolvido, suas causas e conseqüências.

De igual forma, mas com bastante temor, está à sociedade receptora desse serviço. Os cidadãos vivem assustados com as diversas formas de violência policial e, em particular, com “a bala perdida”. Surgem indagações sobre o tipo de formação e treinamento destinados a esses profissionais. Questiona-se a capacitação necessária e adequada para que a segurança pública do Estado do Ceará possa ter credibilidade.

Tendo em vista este contexto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a formação e da capacitação policial do Estado do Ceará, bem como suas conseqüências. Os objetivos específicos foram: pesquisar os dados estatísticos das ocorrências policiais, referente aos crimes resultantes e em conseqüências da capacitação técnica do corpo policial, a necessidade de um melhor preparo intelectual e técnico profissional para o uso dos meios a ele destinado, o manuseio do armamento e a utilização de equipamentos de emprego policial, analisando também quais as condições imprescindíveis para o progresso na formação e capacitação desse profissional.

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo-analítico, qualitativo, descritivo e exploratório. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, realizada através de livros, revistas, artigos, publicações especializadas, imprensa escrita e dados oficiais publicados na Internet, que abordavam direta ou indiretamente o tema em análise. O caráter qualitativo se dá na medida em que o trabalho buscou apreciar a realidade do tema por meio de dados estatísticos referentes a crimes e aos meios utilizados. A monografia pode ser considerada descritiva, posto que procurou descrever, explicar, classificar, e esclarecer o problema apresentado; e exploratória, uma vez que objetivava aprimorar as idéias através de informações sobre o tema em foco.

A relevância da temática proposta encontra-se na necessidade de se repensar o tipo de treinamento que o Estado do Ceará proporciona aos policiais. É fundamental que as ações destes profissionais sejam qualificadas e possam patrocinar um serviço de segurança pública de qualidade. Soma-se a isso a necessidade de uma conduta democrática de produção e reprodução de atos de cidadania e respeito à dignidade humana. Procuramos, por meio deste trabalho, buscar uma reflexão a respeito da função ocupacional do policial que exige competências pessoais calcadas nos princípios democráticos, tais como ética profissional, humanidade, tolerância e compromisso com a legalidade.

Nessa pesquisa, voltada a analisar e questionar os métodos de formação, qualificação e capacitação técnica do corpo policial do Estado do Ceará, buscou-se identificar as possíveis carências e deficiências na metodologia empregada. Foram mostrados os cursos destinados a esses profissionais, suas tipificações e principalmente, o modo de alcançar uma melhor capacitação.

O trabalho possui quatro capítulos onde inicialmente é realizada uma abordagem sobre a segurança pública no Ceará ressaltando as administrações Estaduais que fizeram evoluir e regredir as instituições policiais, as dificuldades de conceituação de segurança pública, a mudança de foco de proteção do Estado para a segurança do cidadão e uma reestruturação no aparelho policial cearense com a implantação de tecnologia e a criação de uma nova modalidade de policiamento chamado Ronda do Quarteirão, os investimentos, os resultados e a dicotomia na prestação do serviço de segurança pública em atendimento aos preceitos do respeito e cidadania; no seguinte, é realizada uma análise na formação e capacitação dos integrantes da polícia militar e civil, abordando o tipo, o tempo e o local de formação e capacitação, bem como as disciplinas ministradas, o curso de condutor de veículo de emergência, além do treinamento prático e teórico com armas e um questionamento sobre a polícia ideal; no terceiro capítulo buscou-se detectar as deficiências e as conseqüências na formação e capacitação dos agentes de segurança pública do Ceará, o comprometimento do comportamento do policial resultado da formação, a bala perdida como um resultado da carência de treinamento adequado, o policial cearense e a bala perdida, A pesquisa e a Análise dos Resultados, Implicações e Penalidades do Código Penal para o caso de bala Perdida, Os fatores comportamentais para a protagonização da bala perdida; as Considerações Finais; Referencial Teórico e os Anexos.

1. UMA ABORDAGEM SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

A estruturação da segurança pública do Estado do Ceará tem raízes na segurança pública do Brasil, a qual foi constituída sob forte influência organizacional e estrutural do Exército Brasileiro, do qual é instituído como força auxiliar e reserva. As Forças policiais tiveram seu apogeu autoritário arraigado, com a missão de identificar, combater e eliminar os inimigos do sistema, durante o regime de exceção, identificados como subversivos, a violência e a violação aos direitos e garantias individuais e coletivos não tinham limites e eram flagrantemente desrespeitados por policiais estaduais em nome de uma segurança nacional.

No Estado do Ceará a segurança pública tem tendências regressivas e evolutivas no que corresponde à prestação de serviço à comunidade. Ora buscando aproximação, ora querendo distanciamento da sociedade. Nessa inconstância, as instituições policiais cearenses têm atendido as demandas por segurança pública um pouco divorciada da sociedade, a qual era julgada, pelos integrantes dessas forças de segurança, como leiga na matéria de polícia e somente os executivos policiais teriam esse conhecimento. Dentro dessas disposições, se observa que o nosso Estado apresenta a maior carência de efetivo policial dentre os Estados brasileiros, somados os atuais contingentes das polícias Civis e Militares, são apenas 16.274 operadores da Segurança Pública (14.357 integrantes da Polícia Militar e 1.917 da Polícia Civil), para um Estado com população estimada em 8.183.880 habitantes, conforme o último censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse modo, o Ceará fica ainda longe da média recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que preconiza como ideal um policial para cada 250 habitantes. Assim, somando os efetivos das duas instituições, chega-se à média de um policial para 502 habitantes, o dobro do recomendado. Além da carência de efetivo, a Segurança ainda sofre com problemas estruturais, principalmente no Interior do Estado, onde os policiais enfrentam carga horária exaustiva, de até 96 horas de trabalho por semana, e poucas condições de trabalho. IGUATU.ORG Seu Portal de Notícias, 14set2009.

Já se tornou uma prática política nas diversas esferas da administração pública de nosso Estado, o fortalecimento ou o enfraquecimento das instituições encarregada de aplicação da Lei, que se transformam, nesse caso particular, a cada renovação de gestão Estadual, transformando-as numa boa ou má instituição, segundo conceito da sociedade, na sua forma de prestação de serviço público. Assim, dependendo das conveniências pessoais e

políticas do governador a respeito da segurança pública, aliada também a situação e ao momento político pelo qual passa o Estado, é que algumas vezes propõem melhorias, fortalecendo-as ou as deixa estagnadas, resultando no seu enfraquecimento. Há casos que alguns governos desfazem programas ou projetos nessa área deixados pelo seu antecessor.

Segurança pública é, essencialmente, uma questão política e, como tal, pode e deve ser debatida por todos os cidadãos, independentemente de sua formação ou conhecimento (ROLIM, 2006, p.49).

Com efeito, os últimos governadores do Estado do Ceará, dispensaram maior atenção nessa área, através de ações voltadas à aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos, como resposta a crescente onda de violência que estava e ainda está assolando o Estado. De certo, é que a segurança pública vive e sobrevive em função do envolvimento e investimento político da administração governamental de cada momento histórico para o fortalecimento e legitimação das instituições policiais de forma geral.

A idéia de polícia está, portanto intimamente ligada à noção de política: a atividade de polícia é por princípio política, pois diz respeito à forma como a autoridade coletiva exerce seu poder (COSTA, 2004, p. 58).

A grande problemática da segurança pública é justamente descrevê-la ou conceituá-la. Hoje a percepção coletiva considera a segurança pública centrada somente na atividade da polícia e, por mais que se pretenda montar uma polícia cidadã, somente haverá sucesso se for redefinida e ampliada à conceituação da segurança pública. É preciso abranger, nesta apreciação, todo o sistema de persecução penal e de política social. Existe, na verdade, um aumento mundial da criminalidade, por razões estruturais, assim como há um senso comum clamando por uma polícia repressiva. A discussão pública e a tendência política brasileira têm apontado como soluções salvadoras o endurecimento da repressão, especialmente quando ocorrem crimes violentos, que assumem amplos espaços na mídia, influenciando a formação da opinião pública.

A questão central está na percepção histórica do fenômeno da insegurança coletiva pela sociedade, a qual não dispõe de um debate profundo e qualificado sobre o tema, ao mesmo tempo em que o próprio poder público necessita desse debate, como demonstra a escassez de políticas públicas e as manifestações das autoridades, que trazem uma visão parcial desse fenômeno, ligada apenas a um dos componentes deste sistema, ou seja, a Justiça e a Polícia. A insegurança pública que permeia a sociedade cresce em proporção gigantesco diante de um fato notório Polícia e Justiça no seu tecido histórico problemas que dificultam o bom funcionamento dos dois órgãos, a partir daí, que todo o sistema é demandado a buscar uma solução para um bom funcionamento tanto da Polícia quanto da Justiça. São

desconsiderados neste debate os demais setores públicos e sociais que são agentes intervenientes neste sistema.

A Justiça e a Polícia, por si só, provavelmente, são o fator de intervenção de menor capacidade de influenciar nas mudanças das condições desse fenômeno – insegurança pública. Enquanto não se conseguir estabelecer outra forma de percepção desse problema, visualizando o maior número de elementos que o compõem, estará obtendo os mesmos resultados de curar uma doença infecciosa, por exemplo, somente com remédio contra a dor, aumentando sucessivamente as doses, tendo, como consequência, seu crescimento contínuo.

Rolin (2006, p.49), entende que o debate sobre as questões relativas à segurança pública não deva ser monopolizado pela comunidade científica e pelos profissionais da área. Toda e qualquer discussão sobre esse tema não poderia sequer existir em termos estritamente “técnicos”. Segurança Pública é, essencialmente, uma questão política e, como tal, pode e deve ser debatida por todos os cidadãos, independentemente de sua formação ou conhecimento.

Os políticos ligados à área da segurança pública não querem reformar a polícia justamente porque a ineficácia dessa instituição é decisiva para que se mantenham no poder. Boa parte deles se elege graças aos currais eleitorais das chamadas milícias. [...] Elas vendem serviços ilegais e espalham o terror nas favelas, como os traficantes, mas não interessa combatê-las. O pior é que isso foi deixado de provocar indignação. O espanto virou mercadoria em extinção no Brasil (José Padilha - Diretor do filme Tropa de Elite 2. Veja. 22/09/10).

1.1 As Mudanças na Gestão de Política da Segurança Pública no Estado do Ceará

A aproximação da sociedade com as instituições de segurança pública do Estado do Ceará, na busca de soluções compartilhadas para minimizar a violência é um fato social que vem reforçando o entendimento na quebra de paradigma destes órgãos, em protegerem o Estado, para um novo foco de direcionamento voltado desta vez na proteção ao cidadão. Essa parceria tem sido uma importante ferramenta social para a redução da criminalidade através de diagnósticos apresentados na resolução dos problemas, guardadas as devidas conveniências de cada caso. Tal parceria está pautada no respeito mútuo entre esses dois segmentos sociais, o primeiro tendo como direito e responsabilidade, o segundo como um dever estatal de proporcionar segurança pública.

Assim, as últimas gestões governamentais das quais foram titulares os senhores Tasso Ribeiro Jereissati, Ciro Ferreira Gomes, Lúcio Gonçalo de Alcântara e Cid Ferreira Gomes, atual governador, buscaram implementar melhorias na área da segurança pública, que

agonizava por providências necessárias que legitimasse as suas ações e resgatasse a credibilidade social, resultado do descaso, falta de investimento e conseqüente desmantelamento do aparato das instituições policiais do Estado do Ceará, as quais ficaram enfraquecidas e desacreditadas para realizarem suas atividades.

Governo das mudanças, assim intitulada a gestão administrativa do governador Tasso Jereissati, no ano de 1995, foi à primeira gestão a introduzir reformas significativas nas organizações policiais do Estado, através de ações voltadas ao envolvimento da sociedade para o enfrentamento da violência e a crescente demanda por segurança social, traduzidas em atuações conjuntas, bem como buscou adotar medidas com vistas à integração das policias militar e civil e o corpo de bombeiro militar, adotando um sistema integrado de segurança pública e uma coordenadoria de comunicação para o atendimento das demandas por segurança. A criação dos conselhos comunitários de segurança pública, que reunia semanalmente integrantes da segurança públicas e líderes comunitários comprometidos e preocupados na segurança de seus liderados, foi um marco histórico que veio conciliar a relação, antes vivenciados, de tensão existente entre as instituições policiais e comunidade.

A partir daquele ano a segurança pública do Ceará passou por uma reestruturação significativa nos seus organismos policiais, numa forma de centralização de comando para atribuir responsabilidade direta a cada gestor, nascendo daí em 1997 a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, (SSPDC) que permitiu a integração operacional dos comandos das Polícias civil e militar e do Corpo de Bombeiro Militar, passando a vinculação ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará. A SSPDC recebeu nova denominação em 07 de março de 2003, Com ao advento da Lei Estadual nº Lei Estadual nº 13.297, para Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social- SSPDS. A Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) foi implantada no ano de 1999, que integrava todas as comunicações em um só ambiente, evitando duplicidade e deficiências de informações. Nessa reestruturação, a participação da sociedade era de fundamental importância e um meio democrático de compartilhar ações nessa área. Assim, nasceram os CCDS, Conselhos Comunitários de Defesa Social, cuja implantação ocorreu a partir de 1985, com o nome de Conselho Comunitário de Segurança, e a denominação atual deu-se como resultado da estruturação do Sistema Integrado de Defesa Social (SINDS). Outro grande investimento foi à criação do Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), grupamento de policiamento aéreo composto por integrantes dos órgãos de segurança do Ceará. Os Distritos-Modelos e as Áreas de Operacionais Integradas foram idealizados

buscando integrar num mesmo espaço físico as ações de Polícia ostensiva-preventiva, Polícia Cartorária e Corpo de Bombeiro Militar, com vista a minimizar a burocracia no atendimento de ocorrências policiais.

Bengochea, Guimarães, Gomes e Abreu (2004) afirmam que a segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos.

A participação política, profissional, econômica, financeira e comunitária da sociedade cearense, em ações compartilhadas de construção de cidadania e da paz positiva, em sua concepção geral, fica comprometida pelos resultados produzidos pela violência. Há um processo de desresponsabilização frente às questões sociais que está nos deixando impotentes e traduzindo um sentimento de isenção dos processos de mudanças sociais. A violência produz violência como num processo epidêmico e de difícil controle, e isso nos confirma a tese da produção e reprodução de violência como um ato reiterado que é praticado nas ações praticadas pelos integrantes das Instituições de segurança pública, demonstradas diariamente pela mídia nos diversos Estados, inclusive no Ceará,

Nessa concepção, observou-se que dentre as diversas propostas apresentadas para uma melhoria da qualidade e eficiência dos órgãos policiais do Estado do Ceará na sua forma de prestação do serviço para o enfrentamento ao crime e a violência em suas diversas faces, foi importando o modelo americano de tolerância zero, implantado pela polícia de Nova Iorque, cuja metodologia consistia em atender toda e qualquer ocorrência policial encaminhando os envolvidos e os objetos do crime para a devida confecção dos procedimentos necessários, numa visão totalmente voltada a criminalizar todo tipo de ação, inexistindo a mediação de conflitos como forma de minimizar as querelas inter pessoais. De igual forma, foram também implementadas reformas para a melhoria no sistema tecnológico da informação integrada de ocorrências policiais, CIOPS, minimizando a burocracia existente no conhecimento e encaminhamento dos fatos delituosos pelos órgãos policiais, evitando duplicidade de relatos e rapidez no atendimento.

Com isso, detectou-se que nas diversas ações de construção e reconstrução das instituições do Estado do Ceará, militar e civil, cujos históricos de prestação de serviço público, foi marcada por diversas formas de atuação, seguindo o momento da dinâmica social vivenciada e mais notadamente o da política, ora assumindo conotação de polícia política; polícia preventiva; polícia proativa; polícia repressiva; polícia comunitária; polícia técnica e polícia legalista; ainda não se chegou ao consenso da polícia ideal. Enfim, nessas diversas idas e vindas de estruturação, reestruturação e/ou programas de policiamento ao longo do tempo na História da segurança pública cearense, os obstáculos encontrados são provocados por fatores políticos, sociais, financeiros e de administração governamental, cujas atenções dispensadas a esses órgãos policiais podem ser de fortalecimento ou enfraquecimento.

A atividade de policiamento em geral, e em nosso Estado não é diferente, se caracteriza pela ostensividade do policiamento preventivo para a consecução da tranquilidade pública, e como consequência, alcançar a preservação e manutenção da ordem e o aspecto simbólico da justiça através da elaboração de boletins de ocorrência, de flagrantes de delitos, de inquéritos policiais e processos que subsidie a justiça estadual.

Uma boa parcela da população, bem como grupos políticos influentes na sociedade brasileira realmente acredita que a tarefa das organizações policiais é voltada exclusivamente para o controle da criminalidade. Se as taxas de crime aumentam ou diminuem, atribuem a isto estratégias corretas ou equivocadas adotadas pela polícia no combate ao crime. [...]. Contudo, existe uma longa produção de estudos empíricos que mostra que o trabalho do policial é bastante diferente do que as pessoas acreditam. (BEATO F',[s.d]:p.04)

O crescimento populacional, a independência financeira e a mudança de perfil da mulher frente à família; a necessidade de trabalhar do pai e da mãe e a consequente delegação, para desconhecidos, da educação dos filhos, a inserção das drogas na vida dos jovens e na família; o aumento da perspectiva de vida dos idosos; a falta de empregos, ausência de mão de obra qualificada gerando falta de perspectiva de futuro, o aumento da juventude sem alfabetização produzindo uma classe de empregos informais e subempregos; a ocupação desordenada do espaço público, implicando o surgimento de comunidades carentes; a busca individual por uma melhor qualidade de vida; as mutações e migrações do crime organizado, a globalização das informações em tempo real, todos esses fatores encontrados no Ceará, contribui sobremaneira para a necessidade de uma segurança pública cearense capacitada e qualificada, cuja visão atual da sociedade indica a carência de policiais com essas qualidades, além da ausência de profissionais educados, treinados e tecnicamente preparados para a prestação dessa segurança e produção da sensação de tranquilidade pública.

Qualquer que seja o diagnóstico local sobre a dinâmica da criminalidade, será sempre indispensável reconhecer a multiplicidade de dimensões envolvidas: desde a economia à saúde, da estrutura familiar às escolas, do cenário urbano à disponibilidade de transporte, das condições habitacionais ao acesso ao lazer, das oportunidades de emprego às relações comunitárias, do perfil psicológico predominante, em cada situação típica, ao potencial cultural presente nos movimentos musicais ou estéticos da juventude (SOARES, 2006, 126).

Dessa forma, a busca de inovações tecnológicas e as tímidas conquistas registradas na História da segurança pública do Ceará, resultada do aumento da sensação de insegurança e da violência disseminada de forma geral e mais acentuada na capital cearense e região metropolitana, foram bem recepcionadas pelos órgãos policiais que há muito estavam esquecidos, enfraquecidos e desestruturados, necessitando de recursos em todas as áreas. Fazer segurança pública requer, para que se acompanhe a evolução democrática e a dinâmica social, investimentos em tecnologia, equipamento, armamento moderno e sofisticado, viaturas possantes e adaptadas para o emprego policial, pessoal qualificado e capacitação continuada, ascensão funcional, além de uma remuneração que possa atender as necessidades desses profissionais, para que assim, não recorra ao segundo emprego, os chamados “bico”, ou executar segurança privada para complementar a renda familiar. Nesta última gestão Estadual do governador Cid Gomes, houve a reposição do efetivo nas polícias militar e civil, para preenchimento dos claros deixados por motivo de reserva e reforma, não significando com isso uma renovação da tropa, além da criação do “PRÓ CIDADANIA”, que são equipes de pessoas da sociedade civil (não são policiais e não compõe a estrutura de segurança do Ceará) contratadas pelo Estado, em parceria com um município para desenvolver atividade de apoio a segurança pública, com fardamento, equipamento e uma viatura da marca Hilux.

Apesar dos investimentos atuais na segurança pública do Ceará e da recente implantação do programa RONDA DO QUARTEIRÃO, com um método voltado a uma filosofia de policiamento comunitário de aproximação social, idealizada nesta gestão governamental, com uma metodologia totalmente diferente do modelo anterior de polícia, inclusive com a mudança de uniforme e o tipo de viatura, antes das marcas/modelo Pálio e Parati, agora marca/modelo Hilux, ter trazido, num primeiro momento, um impacto positivo na sociedade cearense no que diz respeito à presença de viaturas novas e policiais novos nas ruas, houve também da parte dessa mesma sociedade uma percepção negativa da segurança pública, traduzida na forma diferenciada do tratamento dispensada aos novos policiais em referências aos antigos policiais, passando uma sensação de desprezo e exclusão, aliada ao clima de inquietação e intranquilidade pública resultada das ações de segurança negativas, publicadas pela mídia, como a carência de efetivo, os constantes acidentes envolvendo as

novas viaturas adquiridas, resultada da falta do curso para conduzir veículos de emergência, os disparos a esmo que vitimam pessoas inocentes, as ocorrências de bala perdida, o envolvimento de policiais com o crime organizado, enfim, fatos que põem em descrédito a segurança pública do Estado do Ceará, que de forma incisiva e ostensiva está questionando a formação e capacitação dos integrantes das corporações policiais para o atendimento de ocorrências de proteção ao cidadão.

Valores investidos na pasta da Segurança Pública no Ceará nos últimos três anos:

| Ano | Orçam. Inicial | Orçam. Atualizado | Empenhado | Liquidado | Pago | Resto a Pagar |
|------|----------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2008 | 645.452.363,00 | 654.430.259,95 | 627.238.389,94 | 590.000.825,50 | 550.277.116,71 | 71.913.787,76 |
| 2009 | 689.840.859,00 | 689.880.467,79 | 887.921.249,87 | 812.343.564,63 | 750.069.414,43 | 123.731.078,43 |
| 2010 | 891.590.249,00 | 891.620.149,00 | 769.279.109,88 | 720.705.159,55 | 701.393.076,92 | 0,00 |

Fonte: Controladoria e ouvidoria Geral do Estado do Ceará – Portal da Transparência.

Ainda no que diz respeito a investimentos na área de segurança pública no Estado do Ceará a imprensa, através do bloguista Eliomar de Lima, do Jornal o Povo, faz uma comparação entre alguns governadores passados e o atual para conhecer os resultados práticos relacionados à redução da violência e da sensação de insegurança na sociedade.

“Responsável pelo maior gasto da década em segurança pública, o governador Cid Gomes (PSB) amarga em sua gestão o registro do maior índice de homicídios dolosos dos últimos anos. Dados da Secretaria da Segurança Pública mostram que, no Ceará, foram 24,87 homicídios dolosos para cada cem mil habitantes registrados em 2009, ano em que os gastos com segurança pública atingiram o montante de R\$ 887,8 milhões – segundo análise feita pelo O POVO a partir dos relatórios técnicos sobre as contas do governador, publicados anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE). Esse volume de recursos representa 6,74% dos gastos totais do Governo. É a maior participação da segurança pública nas despesas do Governo nos últimos dez anos.

Logo em 2007, primeiro ano de governo Cid, esse índice aumentou, quebrando um ciclo de índices de participações decrescentes da área de segurança nos gastos de governo verificado nos últimos anos de gestão do ex-governador Lúcio Alcântara (então no PSDB, hoje no PR), que antecedeu o atual governador. Foram R\$ 520,3 milhões aplicados em 2007, representando 5,8% das despesas. Já em 2006, o último do governo Lúcio, o percentual ficou, em 4,5% – menor participação da década da segurança nos gastos do Estado. O que, em volume de dinheiro, significou gastos de R\$ 450,3 milhões.

Durante a administração de Lúcio, esse índice de participação da segurança pública nos gastos só aumentou do primeiro para o segundo ano da gestão (2003 para 2004). Nos anos seguintes, até o fim do mandato, a segurança ocupou um espaço cada vez menor nos gastos estaduais. De 5,7% do total das despesas por função em 2004, a segurança passou a representar 4,5% das despesas em 2006. No intervalo, os registros de homicídios dolosos também aumentaram. Saíram de 18,09 casos por cem mil habitantes em 2004 para 19,05 em 2006, tendo chegado ao pico de 20,07 em 2005 – ano com maior proporção de homicídios dolosos do governo Lúcio. “Ainda assim, mesmo ainda no oitavo mês do ano, a proporção de homicídios dolosos neste ano, último do mandato de Cid (19,40 por 100 mil habitantes), já é maior que a de 2006 inteiro, último ano de Lúcio (19,05).” (Jornal O POVO)¹

1.2 A Dicotomia na Prestação da Segurança Pública do Ceará

Um dos fatores apontados por vários segmentos da sociedade, que dificultam sobremaneira o desempenho da segurança pública do Estado, e a conseqüente deficiência na prestação de um serviço de forma eficiente, é a configuração dividida que compõem esse sistema. Neste caso representado pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, responsáveis em cumprir a missão Constitucional para as quais foram designados, cujas culturas organizacionais são muito diferentes e distintas, e as relações são em geral marcadas pela desconfiança, quando não pela franca hostilidade.

Sob o manto protetor da invisibilidade, que resulta do isolamento de cada unidade, escondem-se ilícitos de todo tipo, da corrupção á chantagem, da tortura ao crime letal, do acordo com traficantes à venda da liberdade. Nesse contexto, a inadimplência, a incompetência e a ineficiência passam despercebidas, misturadas às cúmplices (SOARES, p. 359).

A fragilidade do Estado em estruturar o aparato de segurança pública, mantendo duas estruturas de policias; uma militar e outra civil, numa dicotomia desgastante, gerando um clima de competição e animosidade entre as duas instituições encarregadas da proteção a cidadania e da população, está produzindo no profissional de segurança pública um sentimento de impotência e de fragilidade frente às diversas situações com que se deparam e isso faz com que muitos desses profissionais passem a agir de forma individualizada, isolada e sem o apoio institucional, desaguando como conseqüência, muitas vezes em ações desastrosas, em decorrência de uma abordagem mal feita e de outros fatores resultantes de problemas na capacitação e na formação desse policial, ceifando vidas inocentes por bala

¹Fonte:<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/cid-bate-recorde-de-investimentos-naseguranca-mas-homicidios-avancam/Coluna Eliomar de Lima>).

perdida e/ou em outras formas de violência policial;

Uma descrição que explicita de forma mais clara a burocracia no atendimento ao cidadão pela polícia é a maneira como se configura esse atendimento que se inicia com uma ocorrência realizada pela polícia militar, que o comunica à polícia civil, que a registra. Registrada a ocorrência, a PC dá início ao inquérito policial, em que será averiguada a materialidade dos crimes, a indicação de testemunhas, e a tomada de depoimentos. Terminado o inquérito policial, ele é remetido ao Ministério Público que avaliará se ele está pronto ou não, para preparar a denúncia que será remetida à vara criminal, onde tudo começa novamente (BEATO, 2007).

Nesse sistema não apenas a polícia é a responsável, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate deste tema. É possível ter uma polícia mais eficiente, diferente da atual, que está repartida ao meio: uma trabalha só com a parte investigativa; outra só com a parte pericial; outra só com a parte ostensiva, encasteladas em seus corporativismos. É necessário um trabalho de conjunto e de integração. Há duas dimensões nesta questão: existe a polícia mais preventiva, que amplia seu campo de atuação, sendo uma polícia das obrigações positivas; e há, também, a polícia mais de controle social, com campo de atuação restrito, voltada para obrigações negativas. A polícia tem centrado suas ações somente nas obrigações negativas: prender, vistoriar, revistar, etc. O Corpo de Bombeiros, por exemplo, cumpre uma obrigação positiva. A prevenção é a obrigação positiva em que a polícia não avança, e é aí que está o problema. Hoje a polícia não faz mais prevenção, ela faz atendimento de ocorrência. Se estivessem trabalhando em um processo mais amplo e com todas as variáveis, a intervenção da polícia estaria diminuindo e possibilitando um papel mais de interação.

A atividade policial é intrinsecamente civil. As investigações “puras” e as operações “encobertas” são, ou melhor, deveriam ser desenvolvidas por policiais à paisana e, as demais, executadas por policiais fardados, desde o atendimento das partes na delegacia ao cumprimento de mandados. Como as ações ostensivas de polícia foram cometidas à Polícia Militar, os policiais civis passaram a usar um arremedo de fardamento na rotina diária. Esse papel era eficientemente desempenhado pela Guarda Civil até a década de setenta, quando foi extinta e a PM assumiu o policiamento ostensivo fardado. Lamentavelmente, a corporação não se organizou para executar os serviços policiais básicos. E, pior, ambas as instituições insistem na manutenção da estrutura organizacional herdada como se esta – ainda que inadequada para os dias atuais - fosse imutável.

Os serviços policiais são interdependentes e naturalmente se entrelaçam. Por sua natureza, os procedimentos, a inteligência, a formação técnica, o planejamento e as ações preventivas da polícia estão acima das corporações que prestam aqueles serviços. Mas tal não ocorre, pois a atividade policial foi mutilada com a divisão dos seus serviços por instituições independentes, que resistem em aceitar uma instância que integre esses serviços comuns. A legislação federal e a cegueira corporativa inibem a adequação das instituições policiais aos avanços necessários e facilita a resistência dos que desejam manter o status atual.

Assim, aliado a essa dicotomia, temos ainda dentro das próprias Instituições policiais cearenses uma estratificação natural de organização que servem de controle aos respectivos gestores que procuram não passar para a sociedade essa divisão interna, o que muitas vezes não é alcançado, pois independentemente disso, dentro da polícia militar temos os policiais do Policiamento Ostensivo Geral (POG), o policial comum de rua; aqueles mais especializados como os do batalhão de choque, Cotam, Gate, Raio, Cavalaria, Canil, Policiamento ambiental e do Centro Integrado de Operações Policiais Aéreas, além de outras modalidades e tipos de policiamento desenvolvidos nas ruas, ainda se tem o Ronda do Quarteirão. Já da parte da Polícia Civil, também existem estratificações internas entre policiais comuns e especializados, identificadas nos diversos tipos de delegacias implantadas e inauguradas nas diversas cidades do Estado do Ceará e mais especificamente na capital, Fortaleza, e região metropolitana, tais como as Delegacias de roubos e furtos, de atendimento ao turista, da mulher, de entorpecentes e mais recentemente a delegacia de homicídios, dentre outras, ainda as delegacias pólos, e delegacias regionais no interior do Estado.

A divisão de atribuições para a formatação do processo criminal e a conseqüente busca da tranqüilidade e segurança pública cearense, sob a responsabilidade das duas policias, militar e civil tem certamente deixado confuso o cidadão comum que procura nas delegacias e nos policiais de forma geral soluções para seus problemas, traduz a forma burocrática que norteia a segurança pública do Estado do Ceará, conseqüência da forma dicotômica implantada de fazer segurança. Somando-se a essa dicotomia, a criação de mais um tipo de policiamento ostensivo dentro da própria polícia militar idealizado pela administração estadual atual que implantou um novo modelo de polícia, denominada Ronda do Quarteirão, cujo senso comum da sociedade cearense entende como mais uma forma de divisão na prestação do serviço de segurança pública de nosso Estado e de outro tipo que não compõe a estrutura de segurança pública do Ceará, chamado de Pró Cidadania.

1.3 Os Órgãos de Segurança Pública Cearense, Respeito e Cidadania.

A segurança pública no Estado de Ceará é constituída pela policia militar, policia civil e corpo de bombeiros militares. Para efeito de estudos deste trabalho, somente as duas primeiras instituições serão exploradas, tendo em vista o corpo de bombeiro realizar um serviço específico de combate a incêndio e outras atividades adversas a atividade de polícia, quer preventiva, repressiva ou cartorária. Assim, as polícias cearenses têm um papel fundamental na proteção e como guardião dos direitos humanos dos cidadãos cearenses que são executadas de forma isoladas e com culturas diferenciadas pelas duas polícias: civil e militar.

De acordo com a Constituição do Estado do Ceará de 1989, a segurança pública e a defesa civil são cumpridas pelo Estado do Ceará para proveito geral, com responsabilidade cívica de todos na preservação da ordem coletiva, e com direito que a cada pessoa assiste de receber legítima proteção para sua incolumidade e socorro, em casos de infortúnio ou de calamidade, e garantia ao patrimônio público ou privado e à tranqüilidade geral da sociedade, mediante o sistema de segurança do Estado, constituído pela I - Polícia Civil, II – Organizações Militares constituídas pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar.

1.3.1 A Atividade Ostensiva da PMCE

A Polícia Militar do Ceará é uma Instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, hierarquia e da disciplina, tendo como missão fundamental exercer a atividade de preservação da ordem pública em todas as suas modalidades e proteção individual, com desempenho dessa finalidade ostensiva, identificada de relance pelo uniforme, equipamento, viaturas e armamento padrão utilizados para inibir os atos atentatórios a vida de pessoas e a proteção e preservação bens públicos e privados.

Compete a Polícia Militar do Ceará desempenhar a polícia ostensiva, preservar a ordem pública, proteger a incolumidade da pessoa e do patrimônio e garantir os Poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes, bem como exercer a atividade de polícia judiciária militar estadual, relativa aos crimes militares definidos em lei, inerentes aos seus integrantes. Instituição organizada com base na hierarquia e disciplina, força auxiliar do Exército, é subordinada ao Governador do Estado e vinculada operacionalmente à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Os policiais militares são considerados militares estaduais os quais somente poderão estar na situação na ativa ou na inatividade.

Dirigida por um Coronel da Corporação, escolhido entre os mais antigos ou indicado diretamente pelo Governador do Estado, para a função de Comandante Geral da Instituição, tem a função de gerir de forma disciplinada e hierarquizada seus subordinados objetivando cumprir a função de proteção aos direitos humanos.

A destinação de policiamento eminentemente ostensivo fardado através do patrulhamento desempenhado pela polícia militar cearense nas ruas, em suas diversas modalidades e formas de atuação no policiamento, como a pé, em motocicleta, a cavalo, com cães, aéreo ou em viaturas devidamente caracterizadas, faz com que o PM integrante da estrutura de segurança pública se configura no alvo mais vulnerável e fácil de ser abatido no que diz respeito à exigência de sua profissão de enfrentamento a violência e ao crime organizado com a exposição diária da própria vida, pois ele é logo de relance identificado pelo fardamento, equipamento e armamento que utiliza para o desempenho de sua atividade de policiamento ostensivo que requer contato visual, verbal e de abordagem de maneira cotidiana com pessoas autoras ou suspeitas do cometimento de alguma infração a norma legal.

No que diz respeito à instituição, não importa se ontem era assim e hoje é diferente, pois esse é o próprio sentido da passagem do tempo. A mudança é apenas um fato da existência. No que diz respeito ao homem, às tarefas que preenchem o dia-a-dia têm, cada uma delas, começo, meio e fim. Não há metas a se alcançar além daquela em que se está imediatamente envolvido. Terminada uma tarefa, outra ocupa seu lugar, e assim sucessivamente, durante 30 anos. O dia começa quando o homem sai de casa e termina quando para esta ele volta. O turno de trabalho é um intervalo entre o hoje e o amanhã. Nada se repete, cada ocorrência é uma ocorrência. Apesar disso, os policiais são ciosos de seu tempo e de sua rotina. Não querem percalços. A única certeza é o fato de que, se o tempo transcorrer sem novidades, em 30 anos o trabalho será assumido por outra pessoa.

1.3.2 A atividade cartorária da Polícia Civil Cearense

A Polícia Civil é uma Instituição permanente integrante do sistema de Sistema Estadual de Segurança Pública, essencial à Justiça Criminal, preservação da Ordem Pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, tem sua organização e funcionamento segundo Estatuto próprio. Subordinada ao Governador do Estado e vinculada à Secretaria de Segurança Pública. A Chefia da Polícia Civil é privativa de delegado de carreira, de livre escolha do Governador do Estado do Ceará. Compõem seus quadros inspetores, escrivães e peritos, todos com a função eminentemente cartorária, pois atuam após o crime, segundo

informações da sociedade ou da polícia militar, através da confecção de boletins de ocorrências (BO), termo circunstanciado de ocorrência (TCO), flagrantes delitos e inquéritos policiais instaurados de ofício ou através da requisição do ministério público. Ela é a Corporação do sistema de segurança pública mais próxima do Poder Judiciário. Cabe-lhe a primeira parte do complexo conjunto de ações que resulta na punição legal do ilícito. Exerce a polícia judiciária propriamente dita, que abastece o Ministério Público com os elementos comprobatórios de uma situação fática presumivelmente criminosa, viabilizando a propositura, ou não, de ação penal. Desenvolve, ainda, uma área preventiva (polícia administrativa, identificação, vigilância, contencioso de vizinhança) que em certos casos se confunde com policiamento ostensivo. Ainda integra essa corporação na maioria dos Estados, a área pericial - a medicina legal, a criminalística e a identificação humana. A destinação Constitucional da Polícia Civil coloca-a na função de atuação após o cometimento do crime, isto é, através de ações de investigação na busca da autoria do crime e atuação repressiva, objetivando a prisão do infrator, configurando a ação de cunho reativo. Incumbida, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

1.3.3 Respeito e Cidadania

Num Estado Democrático de Direito ser cidadão significa gozar dos direitos civis, políticos e sociais e, neste caso, a segurança pública está indispensavelmente incluída nesses direitos, conforme delinea a própria Constituição Federal do País. No Brasil, conforme CARVALHO (2004), ainda, não se conseguiu atingir essa meta, ou seja, a sociedade brasileira não tem um aspecto de cidadania em sua plenitude, apesar de se ter conseguido certo avanço com a redemocratização a partir de 1985 e, sobretudo com a efetivação da Carta Magna de 1988. Considerando alguns aspectos concernentes a questão de cidadania no Brasil, pode-se detectar que ela é em parte inexistente, pois, para que tal cidadania exista efetivamente em uma sociedade, necessária se faz que essa mesma sociedade disponha de uma democracia forte e efetiva.

No Ceará, as praticas políticas tem deixado muito a desejar nesses dois critérios que são imprescindíveis para a manutenção do Estado democrático de direito, traduzidos nas diversas ausências de políticas públicas sociais que busquem proporcionar uma mínima qualidade de vida as pessoas menos favorecidas e os moradores de comunidades carentes, aliadas a forma discriminatória do tratamento dado a alguns cidadãos excluídos

economicamente, pelos policiais responsáveis pela proteção individual e coletiva e guardiões dos direitos humanos que cotidianamente é divulgado pela mídia, onde esses profissionais protagonizam ações de desprezo os direitos atinentes a condição de ser humano e praticam desrespeitos, abuso de autoridade e agressões físicas e psicológicas de toda ordem.

Neste sentido, como aborda Pinheiro (1995), cidadania advém do usufruto dos direitos civis, políticos e sociais somados com a responsabilidade de se ter direitos e deveres. Reconhece-se que a conquista nesse campo pós-abertura política, a partir do ano de 1985, foram significativas, mas há muito que fazer, ainda. Sob esse prisma, a discussão sobre segurança pública e cidadania no Brasil carece de uma análise mais apurada. A realidade da sociedade brasileira demonstra uma pobreza política profunda. Isto pode ser visto na falta de garantia dos direitos sociais básicos de sobrevivência, como alimentação, moradia, saúde, educação e segurança. Como conquistar cidadania “numa sociedade que não abre lugar para o indivíduo e o cidadão, uma sociedade na qual a insegurança, a violência e a incivilidade são a regra da vida social?” (TELLES, 1993, p.16).

Já no que tange aos direitos, garantias individuais e coletivas, respeito e cidadania, inerentes aos profissionais de segurança, não se cumpre na forma da Lei, pois são servidores sem representatividade e sem voz, constituindo-se em profissionais com meia cidadania. Apesar das reiteradas citações contidas em nossa Carta Magna de 1988 e demais prerrogativas e direitos relativos à proteção da dignidade humana, os policiais militares e civis estão sujeitos a legislações específicas, como é o caso das duas instituições militares que compõem a segurança pública do Estado do Ceará que estão subordinadas a Lei Nº 13.729, que regula a situação, direitos, prerrogativas, deveres e obrigações, chamando de Militares Estaduais do Ceará, os integrantes da Instituição Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará. A Lei em questão, Código Disciplinar dos Policiais Militares e Bombeiros militares do estado do Ceará – CDPM/BMCE dispõe sobre o Estatuto desses profissionais de segurança, acrescentando a forma de organização através da disciplina e da hierarquia com devotamento às finalidades e missões dessas organizações.

A conquista social da democracia e da cidadania como forma de regime político adotados no Brasil, não teve o condão de alcançar e fazer conhecer aos integrantes das instituições públicas encarregados da aplicação lei, dessa evolução democrática focada na proteção aos direitos humanos. Nesse mesmo sentido Lemgruber (2003 p.51) acrescenta que esse fato é resultado do autoritarismo que compromete ainda a profissionalização das atividades de policiamento, atrasando em décadas o processo de adequação dos serviços

policiais às demandas contemporâneas de ordem pública, à crescente complexificação das atividades criminosas e à verdadeira revolução tecnológica e organizacional ocorrida na área de segurança em outros países do mundo.

No patrocínio dos direitos e deveres dos profissionais de segurança pública, cuja função precípua é de serem guardiões dos direitos humanos de cada cidadão, prevalece uma incongruência flagrante, pois os policiais estão recebendo uma contrapartida de desrespeitos aos seus direitos individuais, coletivos e o direito de expressão, esse último mais ligado aos PMs. Dessa forma, com relação à segurança pública no Estado do Ceará esses fatores de identificação da cidadania e respeito à dignidade da pessoa humana perpassam também por deficiências de questões sociais, traduzidas em ações que tem origem dentro das próprias Corporações através das precárias condições de trabalho, baixa remuneração, preterição, falta de reconhecimento da atividade de exposição diária da vida, insalubridade, tudo aliada à forma desrespeitosa como são tratados e o cerceamento de seus direitos. Todos esses fatores atuam de forma revoltante nos profissionais de segurança pública que produzem e reproduzem comportamentos adversos à função de protetores dos direitos humanos e nas ações violentas estereotipadas de modelos de bandidos e criminosos identificados nos negros, pobres, moradores de favelas e outras formas de exclusão e desrespeitos a cidadania.

Num reconhecimento incontestado do instituto da cidadania e respeito à sociedade cearense, pelo governo do Estado na pasta da segurança pública, seria a ação participativa do público interno dos organismos policiais, voltadas para a indicação de Secretários, Comandantes das polícias militares e de chefes das polícias civis (superintendentes ou delegados), como já acontece na área da educação e da saúde, cujos mais capacitados, competentes e bem relacionados com o público interno dão maior desempenho funcional em suas instituições, o que também acontece no setor privado, cujos efeitos conseqüentemente trazem uma empatia e transmite confiança, fator preponderante para o desempenho de qualquer atividade. Com esses exemplos que são internalizados por cada integrante e conseqüentemente produzido e reproduzido no atendimento ao público externo. A prática atual para o preenchimento dos cargos dessas autoridades, em linhas gerais, é ocupada por pessoas de indicação política ou por exigência de uma ou outra classe dominante. Esta é uma prática municipal, estadual e federal e terminam por promiscuir esses cargos públicos na troca de favores, nepotismo e apadrinhamento para ambas as partes.

2. ANALISANDO A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Para que se possa diagnosticar a conduta ou o tipo de comportamento adotado por um profissional de segurança pública durante o desempenho de suas atividades, devemos certamente primeiro buscar quais os tipos e treinamentos a que foi submetido esse profissional. Quais conceitos sociais como respeito, dignidade e cidadania lhe foram repassado. Se ele como servidor público e prestador de serviço social lhe foram dados os devidos respeito, para que pudesse produzir e reproduzir reflexivamente esse respeito.

Assim, também devem ser observados e analisados os meios disponíveis para o exercício da profissão, traduzidos no tipo de armamento utilizado, as técnicas aplicadas nas abordagens às pessoas e o relacionamento com o público, para o qual presta serviço, dentre outros aspectos que norteiam a formação policial. Historicamente os órgãos policiais dos estados brasileiros e no Ceará não foi diferente, eram constituídos por mão de obra desqualificada, pelo fato de não serem dadas a devida importância a essa atividade de proteção ao indivíduo e ao patrimônio, além de não terem nenhum atrativo à profissão, sendo muitas vezes vistos pela sociedade como uma subprofissão, onde somente os homens sem nenhum capital cultural procuravam essa profissão.

Num passado recente, para o ingresso de qualquer pessoa nos órgãos policiais de proteção ao Estado, não havia nenhuma exigência de formação técnica ou algum nível de conhecimento intelectual. Os que faziam parte dessas forças policiais eram escolhidos e selecionados pelo porte físico e pela coragem em enfrentar situações de perigo. Apenas músculos e disposição interessavam aos chefes dessas organizações e aos políticos e governos locais, não havendo nenhum treinamento ou capacitação para prestarem o serviço ao público. A truculência, o abuso de autoridade, o desrespeito à pessoa, o “fazer o serviço” era a marca desses organismos, onde os baixos salários, a pouca ou nenhuma formação intelectual, permeavam a vida daqueles policiais. De igual forma, nosso Estado teve na formação de suas polícias essas mesmas deficiências que hoje assistimos aos resultados, divulgados diariamente pela mídia, traduzidos nas carências de capacitação dos integrantes de nossas polícias atuais.

2.1 Formação e capacitação na Polícia Militar do Ceará

Instituição que tem como valores fundamentais a disciplina e hierarquia militar, intitulada constitucionalmente, força auxiliar e reserva do Exército brasileiro, a PM, nos seus cursos de formações de soldados, graduados e oficiais, impõe a todos seus integrantes, rígida

obediência as normas, regras e Código Disciplinar, impondo punições que vão da repreensão à permanência disciplina, uma forma branda do termo prisão, chegando por fim a demissão de seus quadros. Num passado recente os cursos de formação e capacitação dos policiais cearenses eram coordenados pela própria PM, onde todo o processo de organização, funcionamento e aplicação de avaliações, tinham a orientação pedagógica exclusiva executada por oficiais da própria instituição, sob a supervisão do Exército, através da Inspeção Geral das Polícias Militares.

É importante observar que, em toda história da PM, o militarismo sempre foi visto como único recurso capaz de garantir controle sobre uma força mal paga, cujos componentes, na maioria, se originam das “classes perigosas” da sociedade.

A formação e inclusão de policiais militares têm em sua historicidade na imposição de variadas normas de comportamento cujo paradigma de polícia moderna adotava disciplina militar rígida, a fim de condicionar os integrantes das forças policiais como trabalhador padrão, exemplar. Essas questões explicam o paradoxo da própria formação dos agentes de segurança pública das polícias militares. Destarte, esses agentes de segurança pública pertencente às polícias militares tem em seu período de formação ensinamento restrito das Forças Armadas. Todavia, sabe-se que a missão das Forças Armadas é de preparar o militar para a guerra e deixá-lo apto para a eliminação do inimigo. Com relação à função dos policiais militares, o objetivo nem é a guerra e nem tampouco a eliminação do próximo, mas a defesa e proteção das pessoas, conservando-lhes suas vidas.

As Polícias Militares foram devolvidas, apenas nos últimos (18) dezoito anos, a sua condição efetiva de um órgão policial ostensivo que ainda encontra-se estruturada em moldes militares, mas que presta essencialmente serviços civis à população. Vê-se que, como organizações de emprego militar, a tradição dessa Corporação quase bicentenária. Mas, em contrapartida, a sua história como Polícia é extremamente jovem. Em verdade, a identidade policial das Instituições militares estaduais esta por se institucionalizar. Sobretudo, se consideramos que somente após a promulgação da constituição democrática de 1988, que as questões de segurança pública e, por sua vez, os assuntos policiais, passaram a receber um tratamento próprio, dissociado das questões mais amplas da segurança nacional. É evidente que as transformações ocorridas no mundo das leis não se traduziram automaticamente em mudanças nas realidades do mundo policial. As polícias militares, afastadas por mais de um século das suas atribuições policiais, tem procurado aprender de novo a “fazer polícia”. Elas têm tentado "voltar a ser polícia de verdade" com todas as dificuldades que resultam de uma frágil tradição em questões propriamente policiais. De fato, este tem sido um dever de casa

difícil, tardio, porém, indispensável. A retomada de sua identidade policial, isto é, a reconstrução do seu lugar e de sua forma de estar no mundo tem se dado dentro de um processo inevitável de revisão de seus valores institucionais, dos seus fantasmas, enfim, de seu passado paradoxal (MUNIZ, 1999, p. 184).

Assim, a formação e capacitação dos integrantes da polícia militar do Ceará era realizada de forma aquartelada e em tempo integral, com observação rigorosa a disciplina e a hierarquia, na Academia de Polícia Militar General Edgard Facó (APM), onde eram formados e especializados oficiais da PMCE e oficiais de polícias militares de vários Estados brasileiros, bem como das policiais federal e civil. Para a formação e capacitação de soldados, cabos, sargentos e subtenentes, os cursos que também contemplavam outras polícias co-irmãs, eram realizados no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), bem como em Quartéis da capital e do interior do Estado do Ceará. Essa formação aquartelada tinha como finalidade de fazer com que esse novo integrante internalizasse comportamento condizente com o devotamento e respeito integral as normas da disciplina e da hierarquia que norteavam a conduta do policial militar e produzisse um clima de amizade, camaradagem, civilidade, responsabilidade, cordialidade e de confiança mútua de cada integrante, bem como o acatamento de uma doutrina de procedimento na nova profissão de policiamento ostensivo que exigia postura e compostura no atendimento de ocorrências. Nesse sentido, o tempo do quartel remete às atividades de formação, treinamento, convívio social com público interno e normatização de comportamento. Atribuindo uma nova qualidade a essa temporalidade, poderíamos dizer que se tratava de um tempo de internalização de ensinamentos de disciplinas afetas a nova profissão e de condutas de comportamentos em várias situações. O tempo das ruas, por sua vez, é o tempo da ação.

2.1.1 A Duração do Curso de Formação na PM do Ceará

Preparar fisicamente, de forma técnica e tática, com conhecimentos gerais e específicos na área de segurança pública um novo integrante da Corporação Policial Militar para mediar conflitos interpessoais no exercício da profissão, bem como atuar com desenvoltura para a atividade de polícia ostensiva-preventiva, requer varias ações que exige desprendimento dos oficiais e demais instrutores que terão a missão de facilitador de conhecimentos aos futuros agentes de segurança, demandando um treinamento forte, com rigorosa observância aos regulamentos e normas da caserna.

Nessa linha de raciocínio, relatou um ex-secretário executivo da Secretaria de

Segurança Pública e Defesa Social- SSPDS e ex-Comandante Geral da PMCE, que os cursos de formação de soldado de Fileiras tinham duração de seis (06) meses, realizado de forma intensivo e interno, isto é, aquartelados, e antes de irem para as ruas, para o desempenho suas atividades de policiamento ostensivo, passavam por estágios supervisionados por policiais mais experientes, para somente depois executar esse serviço com mais segurança e legitimidade.

De forma igual, o Curso de Formação de Oficiais tinha duração de três anos (03), com mais seis (06) meses de estágio probatório, acompanhado de oficial já bastante experiente, evitando a exposição desse jovem profissional e impedir o desencadeamento de uma possível ação errada por ele realizada. Também é realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e o Curso Superior de Polícia (CSP), ambos com duração de seis (06) meses. O Curso de Formação de Sargento tinha sua realização com nove (09) meses de duração, combinados com estágios. O Curso de Formação de Cabos (CFC) com duração também de seis (06) meses. As disciplinas ministradas nesses cursos tinham como base o militarismo. A formação dos policiais essencialmente era voltada ao combate ao inimigo e isso criou um sério abismo entre a sociedade e a policia. Os Professores que participavam na formação eram quase em suas totalidades oficiais, alguns da reserva e outros da ativa que transmitiam conhecimentos adquiridos muitos tempos atrás, repetindo ensinamentos numa cultura estática que não acompanhou a evolução da dinâmica social que caminhava a passos largos na busca da consecução de uma socialização da democracia.

Um fato de relevância para a história e o futuro da Instituição que tem trazido preocupação nos escalões do comando da policia militar cearense é a ausência de concurso público para preenchimento dos cargos de oficiais (Futuros Comandantes) e sargentos (elo entre o oficial e a tropa) da Corporação, cuja execução dessa seleção não está ocorrendo para os oficiais há mais de quatro anos e para os sargentos já passam dos dez anos. Essa apreensão está relacionada à falta do acompanhamento de postos e graduações superiores na supervisão e fiscalizado nas ações profissionais desempenhadas pelos subordinados e nas condutas contrárias e comprometedoras à profissão por eles protagonizadas, criando-se um corpo sem cabeça.

No Governo iniciado no ano de 2007, a seleção, recrutamento e formação dos integrantes das forças policiais cearense foram terceirizados e repassados para a responsabilidade de uma empresa privada, “CESP/UnB”, com a denominação de “Curso de Formação Profissional da Policia Militar do Ceará” sendo que esse período de formação foi

reduzido para apenas três meses, não sendo aquartelado, com uma carga horária de 1.020 hora/aula o que, compromete seriamente a capacitação desse profissional. A formação pautada no militarismo com obediência severa da disciplina e da hierarquia, existente anteriormente, foi significativamente reduzida, onde esse novo policial praticamente não tem prestar contas de suas ações dentro e fora da Corporação.

2.1.2 Locais de formação

Os Cursos de Formação de Oficiais (CFO) para os quadros da PMCE eram realizados na Academia de Polícia Militar (APM), localizada no bairro da Água Fria, em Fortaleza-CE, entre o Centro de Convenções do Ceará e a Universidade de Fortaleza-UNIFOR, com acesso ao litoral leste do Estado. Local amplo e arejado contendo diversas salas de aulas, auditório e alojamentos que acolhia para a essa formação, jovens cearenses e de outros Estados brasileiros que realizavam o curso de forma intensiva e em regime de internato, com ensinamentos voltados para a chefia e liderança, onde o futuro oficial iria exercer o comando de equipes e unidades da PM. A APM tinha a incumbência de formar futuros Comandantes, objetivo hoje que foi quebrado. Aliado a essa formação, existia também os curso de aperfeiçoamento, uma especialização em segurança pública para o posto de capitães, (CAO) que o habilitaria a ascensão funcional ao posto de major. O Curso Superior de Polícia (CSP), um mestrado em segurança pública para oficiais superiores que habilita o oficial ao último posto da ascensão profissional. Além desses cursos regulares que eram realizados na APM, outros cursos de capacitação profissional eram realizados. No que diz respeito aos cursos para formação e aperfeiçoamento de sargento (CFS;CAS), graduações que serviam de elo de ligação entre o comando e a tropa, formação de cabos eram realizados no CFAP, localizado anteriormente no Bairro do Antônio Bezerra, em Fortaleza, dando acesso ao litoral Oeste, a BR 116 e ao interior do Estado e o último endereço era cidade de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza e em outros Quartéis da capital e interior do Estado, inclusive no Batalhão de Choque, com seus cursos de formação especial e diferenciada para situações complexas de intervenção.

O verbo utilizado no passado quando se referia à Academia de Polícia Militar General Edgard Facó (APM) e ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), tinha a intenção de esclarecer que essas duas Unidades de Ensino da Polícia Militar do Ceará, foram desativadas e alguns dos cursos citados, CSP, CAO e CAS são realizados agora da sede da SSPDS e no Colégio da PMCE, e o prédio da APM já foi totalmente demolida dando lugar a um centro de feiras. Porém há uma promessa do governo de construção de uma estrutura

física, no bairro do Mondubim, em Fortaleza, objetivando implantar uma Academia Única que integrara o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, para a Formação e Capacitação, denominada Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) para os profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará.

2.1.3 Carga Horária e disciplinas ministradas

Para o exercício profissional da atividade de segurança pública o candidato ou pretendente necessita, além de conhecimentos gerais, precisa também de conhecimentos específicos que norteiam essa atividade para que dessa forma dê sustentação profissional nas decisões diárias de intervenção nos conflitos interpessoais, desses administradores de conflitos.

O rol de disciplinas ministradas nos diversos cursos realizados na PM é bastante vasto, entretanto, somente as disciplinas para os cursos formações de soldados são interesse deste estudo. Assim, a realização do mencionado curso antes da nova metodologia de formação implantada pelo governo atual, ele tinha uma carga horária de 1.195h/a, contendo 29 disciplinas com oito meses de duração. Hoje, a carga horária é de 1.020h/a, com três meses de duração, contendo 32 disciplinas dentre fundamentais e profissionais distribuídas da seguinte forma para a realização atualmente do curso de formação de soldado do Ronda do Quarteirão segundo descreve o Edital do concurso.

Ensino fundamental: Seminário introdutório; comunicação e expressão; sociedade, ética e cidadania; introdução ao estudo do direito; fundamentos de direito: constitucional administrativo; penal; penal militar; civil; ambiental; humanos; processual penal; processual penal militar; saúde e segurança aplicada ao trabalho fundamentos; psicossociais da atividade policial; fundamentos psicossociais do fenômeno da violência; fundamentos da atividade profissional da segurança pública; educação física. Total em horas: 408 h/a.

Ensino profissional: Sistema de segurança pública no Brasil; legislação da PM; atendimento em emergências médicas (pronto socorro); telemática-telecomunicação e informática; instrução geral; gestão de conflitos e eventos críticos; técnica policial militar (90 h/a); doutrina de polícia comunitária; armamento (letal e não letal) e equipamentos; ordem unida; inteligência policial; defesa pessoal; tiro policial defensivo (60horas); direção veicular aplicada a atividade policial militar (28 horas). Para dirigir viatura da PM antes desta gestão de governo, a autorização do policial militar era concedida pela própria Instituição, com a publicação em boletim da Corporação, e as viaturas policiais eram veículos de pequeno porte

das marcas parati e o pálio. Atualmente o curso de formação de condutores para veículos de emergência, é uma exigência da atual legislação de trânsito para conduzir ambulância e viaturas policiais, cuja designação é Direção Veicular Aplicada a Atividade Policial Militar, com carga horária de 28h/a, uma disciplina nova que foi implantada no atual curso, em virtude da aquisição de veículos possantes e automáticos modelo Hilux para o Ronda do Quarteirão, porém esse curso, segundo declararam vários policiais, cuja identidade foi preservada, é realizado com 20h/a teórica, 8h/a prática, entretanto, o tempo real para cada aluno é de 4 minutos de prática de direção com as viaturas Hilux, contrariando assim a Lei citada, resultando no grande número de acidente de trânsito envolvendo as viaturas do Ronda (ANEXO I).

A principal disciplina, a de armamento e tiro, segundo relatou um oficial superior instrutor de tiro, era na sua maioria teórica onde as normas de segurança de manuseio e de tiro eram repassadas aos alunos, com rigorosa exigência desses cuidados, onde cada erro era punido fisicamente com flexões e limitava-se a montar e desmontar fuzis calibre 7.62 e a metralhadora MT -12, calibre 9mm que o Exército não mais usava e o revólver seis tiros, calibre 38, arma com a qual o policial iria realizar sua atividade pública diária, e muitas vezes, durante as aulas práticas, os alunos realizavam apenas de vinte a trinta disparos, por falta de recursos para a aquisição de munição para o treinamento e essa capacitação. Os locais das aulas práticas de tiro eram realizados em stands de tiro na sua maioria alugados pela PM ou em parceria com o Exército onde há stand, pois, na polícia militar do Estado do Ceará não existe nenhum local adequado para essa disciplina, existindo apenas um único stand do Estado localizado na polícia civil, onde são realizados diversos cursos de forma integrada. Porém, não existia um treinamento de manuseio e prática de tiro de forma continuada e avaliada. No curso de formação atual, a disciplina de armamento e tiro é realizada de forma teórica com manuseio e montagem da pistola PT 0.40, carabina do mesmo calibre, carabina 12 e o revólver de sete tiros calibre 38, armamento a serem utilizadas nas ruas, com observância as normas de segurança. Nas aulas prática de tiros são realizados 200 disparos com munição calibre 0.40, com pistola e 50 de calibre 38 com revólver, em diversas condições de combate como: tiro instintivo (em pé, ajoelhado e sentado); duplo; instintivo (em pé); com uma mão; com mão fraca; utilizando mira (alça e massa); em circuito; sobre pressão; deitado; na chuva (em pé, deitado, ajoelhado e sentado). Nas aulas de abordagem, Técnica Policial Militar, são repassadas as diversas situações em que o futuro policial irá deparar na atividade de policiamento nas ruas com as seguintes técnicas: projeção ponta a

ponta; escalada em muro; abordagens com motos, carros, a pé dentre outras; entrada em locais fechados; entrada em locais com reféns; postura com armamento (deitado, em pé, sentado, ajoelhado e outros) ; abordagens a veículos e pessoas; abordagens com 2, 3 e 4 pessoas em viatura.

O Tipo de Compromisso para o Exercício da Função

Observa-se que há na administração pública Estadual uma convenção de compromisso para a investidura no cargo. Dessa forma, o cidadão comum ao ingressar no serviço público difere das demais quando se trata de policiais, e em particular o policial militar, cujo marco é a devoção a missão de proteger a incolumidade das pessoas e do patrimônio, é a total entrega do ser humano a uma missão de proteção a vida dos outros, renegando totalmente a própria vida. Após a conclusão do curso de formação, o policial militar para sua investidura da função da categoria de Militar Estadual prestava e ainda presta o juramento à bandeira, sendo atualmente por força do advento da Constituição de 1998 e o respeito aos ditames de Direitos Humanos é realizado o compromisso de servir a segurança pública, na seguinte forma:

O Juramento A Bandeira: Realizado antes da parceria de coordenação dos cursos de formação pela UECE, no ano de 2000. “Ao ingressar na Polícia Militar, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, dedicar-me inteiramente ao serviço policial militar, a manutenção da ordem pública e a segurança da comunidade, **mesmo com sacrifício da própria vida**” (grifo nosso).

O Compromisso: Caracterizado após a implantação da formação e capacitação realizada em parceria com a UECE, cuja distinção era a valorização da vida: “Ao ingressar na Polícia Militar do Ceará, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à polícia ostensiva, à preservação da ordem pública e a segurança da comunidade, **mesmo com o risco da própria vida**” (grifo nosso).

Existe uma grande diferença entre o Juramento e o compromisso celebrados pelos servidores, quebrando paradigmas e implementando sentimento de respeito à vida. Hoje o policial militar apenas arisca a própria vida. Antes ele deveria sacrificá-la para salvar outra, uma nítida mudança de foco da formação estritamente militar em que o próprio sacrifício era dignificado e tido como ato heróico, para uma nova perspectiva democrática humanitária desses profissionais de preservação também da própria vida.

2.1.4 O Treinamento com Armas

Há uma grande diferença de formação e capacitação entre os integrantes dos organismos policiais do Estado do Ceará. Enquanto na polícia militar a formação tem como base o militarismo, atualmente pouco exigida, com rigorosa observação a disciplina e hierarquia e respeito às graduações e postos, bem como as normas e regulamentos internos, na polícia civil a formação e capacitação tem cunho respeitoso entre os futuros policiais e os professores. O curso é realizado na própria academia da Instituição, localizada no bairro de Fátima, em Fortaleza, a qual também foi extinta pelo Governo do Estado. Os cursos acontecem de forma descontraída, porém com seriedade e exigência no acompanhamento nas disciplinas. Na grade curricular fornecida pela Academia de Polícia Civil de nosso Estado, observou-se que do nível de delegado, passando por escrivão, inspetor e auxiliar de perícia, o conteúdo é bastante rico em conhecimento que abrange diversas áreas necessárias a profissionalização do policial, passando por disciplinas da área dos diversos ramos do direito, inclusive direitos humanos. Com uma atividade de policiamento exclusivamente cartorária e investigativa, a polícia civil realiza também atividade ostensiva em apoio às atividades da PM, através de blitz. Essas atividades exigem do policial civil cearense um preparo técnico profissional qualificado que o deixe em condições de realizar de forma eficiente sua missão.

Nesse contexto, das diversas disciplinas ministradas para a formação e capacitação dos integrantes da polícia civil, a de armamento e tiro é o tema principal desse estudo para podermos assim conhecer as formas de treinamento teórico e prático no manuseio e tiros utilizando o armamento do acervo dessa instituição.

Nos planos de cursos de formação em sua parte específica, observou-se que a disciplina de manuseio técnico e psicológico de armas letais e não letal, tem carga horária de 40h/a, acompanhada de outras disciplinas jurídicas, uso legal da força e disciplinas comuns de áreas sócio-psicológica, ética, cidadania e direitos humanos. A instrutora de armamento e tiro da Academia de Polícia Civil, com mais de vinte anos serviço, informou que o curso é ministrado de forma teórica e prática para os alunos com a utilização de pistola calibre 40 e algumas armas longas do mesmo calibre. As normas de segurança para utilização de armas são exaustivamente repassadas. Atenção e comportamento disciplinado são fatores essenciais para a aprovação do aluno e que a nota mínima para habilitá-lo para uso da pistola, arma entregue ao policial após a conclusão do curso, tem valor sete. A Instrutora acrescentou ainda que houve um aumento da carga horária de 40 para 60, além do aumento para cem (100) cartuchos da quantidade de munição destinadas aos treinamentos, que há algum tempo era

apenas vinte (20) e às vezes nem existia, e conseqüentemente não praticavam nenhum disparo. Ressaltou por fim que é recomendado aos alunos que a arma deve ser utilizada somente em último caso. O curso é realizado de forma integral na Academia de Polícia Civil cearense, tanto a parte teórica que é ministrada em sala de aula anexa ao stand de tiro abordando manuseio, montagem e desmontagem de várias armas, além da reiterada chamada de atenção as normas de segurança, quanto à parte prática são executados tiros de várias posições em pé, de joelho, deitado, em movimento a pé e em veículos, utilizando e diversos calibres. Nesse curso também há treinamento de abordagem a pé e em veículos ocupados com pessoas em atitudes suspeitas e a delinqüente identificado.

Para tomar posse e ser investido do cargo, o policial civil, solenemente prestara o compromisso: “Prometo observar e fazer observar rigorosa obediência às leis, aos princípios e normas contidos no estatuto e regulamento da polícia civil”. Prometo desempenhar minhas funções com desprendimento e probidade e respeitar a dignidade e integridade física ao ser humano. “Prometo considerar como inerentes à minha pessoa a reputação e a moralidade da polícia civil a que agora passo a servir”.

2.1.5 Uma Segurança Pública Cearense Moderna e Inteligente

Com o advento da democratização do País e a recorrente necessidade de se repensar a maneira de fazer polícia, a segurança pública cearense a partir do ano de 1997, passou a incrementar profundas transformações estruturais, organizacionais, integracionais, motivacionais e tecnológicas entre as corporações dessa pasta. Numa visão de polícia moderna e inteligente o gestor Estadual procurou implementar mudanças que resultasse numa melhor qualidade do serviço destinado a sociedade, tendo inclusive, importado experiências e tecnologias americanas objetivando proporcionar um melhor serviço público. Porém, foi somente a partir do ano de 2000 (dois mil), através de um convênio celebrado entre a SSPDS e a Universidade Estadual do Ceará-UECE, que houve uma mudança no processo de formação e capacitação de policiais, dando uma conotação mais humanitária a essa formação de policiais militares, reduzindo a educação estritamente militar, objetivando alcançar uma melhor forma na maneira de fazer polícia e conseqüentemente o atendimento de ocorrências mais eficaz. Dessa forma a UECE passou a coordenar a formação de policiais militares, civis e bombeiros militares, através de um campus virtual de segurança pública, onde todos os cursos tiveram uma adequação em seus currículos e na carga horária, como também nos locais destinados a ministrar esses cursos, retirando-os do convívio aquartelado.

Atualmente, contrariando as diversas formas de qualificação que procuram aumentar a

carga horária e o tempo de realização dos diversos cursos de formação e graduações nas diferentes instituições de ensino superiores cearenses objetivando alcançar uma melhor capacitação e especialização, houve uma significativa redução no tempo dos cursos realizados pela Secretaria de Segurança Pública do Ceará para a formação dos policiais cearenses e em particular os cursos de soldados para ingresso no Ronda do Quarteirão da Polícia Militar do Ceará que antes era de até oito meses com tempo integral e internato, todas as etapas para a realização e término do certame de nomeação e hoje, esse mesmo curso é de apenas de três meses de duração de forma livre, pouca exigência da disciplina e hierarquia com intenção de comportamento da tomada de decisão de forma individual, cujos resultados tem trazido sérios conflitos de ordem interna no que diz respeito a obediência hierárquica aos escalões superiores.

Originado por vários fatores, o principal deles o político, o que se está assistindo nos últimos quatro anos é uma profunda modificação na segurança pública cearense no que diz respeito à área de ensino, mais precisamente nos moldes tradicionais de formação e capacitação de policiais militares, traduzido na terceirização do recrutamento, seleção e formação dos novos integrantes das policiais cearenses pelo Governo do Estado, cujos efeitos são demonstrados na insegurança, fragilidade e na falta de energia durante a intervenção em ocorrências, por policiais recém incluídos no Estado, tem produzido na sociedade cearense, bem como nos integrantes dessas instituições e também da mídia de forma geral que identificam deficiência na formação e qualificação desses policiais resultantes de ações desastrosas protagonizada por eles, um questionamento sobre essa forma inadequada de treinamento e formação. Essa discussão tem como base o reduzido tempo de preparação desses neo-policiais, a forma de tratamento e treinamento repassado a esses futuros policiais que tem enfraquecido essa formação, fragilizado a disciplina e a hierarquia, fato que tem provocado várias dúvidas quanto à melhor forma de capacitação para esses policiais, além de estar provocando incertezas para o futuro das corporações.

A segurança pública cearense tem vivenciado avanços, recuos, construções, desconstruções, fortalecimento e enfraquecimento nas suas estruturas, materiais e na qualificação de seus componentes. Os investimentos e avanços na capacitação do policial cearense tem sido uma conquista, porém os resultados não são os esperados, cuja precariedade e o motivo têm sido identificados na formação apressada e corrida para colocar a polícia na rua para cumprir as programa de campanha, pois segurança pública é essência à sociedade e transformou-se em plataforma política e promessa de palanque.

Hoje, a sociedade cearense tem procurado participar das decisões das políticas

públicas do governo, exigindo um serviço de segurança pública de qualidade, resultado da forma despreparada de seus integrantes durante o atendimento de ocorrências que protagonizam fatos desastrosos, como abalroamentos, atropelamentos, desvios de comportamentos, violência, abuso de autoridade, disparo a esmo (bala perdida) cujos efeitos são lesões corporais e homicídios. Com isso, os organismos policiais do Ceará estão sendo bastante cobrado para uma boa formação e capacitação de seus integrantes, fato novo que demanda do governador mais investimento nessa área.

A atividade de policiamento preventivo ostensivo e repressivo, aliado a atividade cartorária de polícia judiciária desenvolvida antes da conquista da democracia, carecia de uma transformação que pudesse deixar os organismos policiais cearenses alinhados com os ditames constitucionais dos direitos e garantias individuais, desnudando-se de práticas violentas, truculentas e humilhantes de fazer investigações e interrogatórios.

É sabido que fazer segurança pública de qualidade com eficiência e eficácia que possa ter certo grau aceitável de credibilidade social, necessita ser científica e inteligentemente utilizada a sua tecnologia e informação como ferramentas de trabalho para que se possa buscar um melhor desempenho de suas atividades ostensivas através de mapas estatísticos, serviço de inteligência objetivando realizar estudos de operações policiais e uma perícia forense independente e competente.

2.1.6 O modelo ideal de polícia para a sociedade cearense

Nas diversas conversas mantidas com alguns profissionais de segurança pública, prevalece um sentimento de derrota, de impotência, de abandono, de corrupção e de desmotivação. Entretanto, há também aqueles que acreditam na vitória, são resilientes, motivados e crêem em dias melhores para si e para suas Corporações. Nessas diferenças de sentimento relacionado à profissão e a instituição no combate a criminalidade, ouviu-se algumas citações por esses policiais que trazem algum conceito sobre polícia, sociedade e governo:

Toda sociedade tem o governo que merece. A polícia é o termômetro que mede o grau de civilidade de uma sociedade. Temos um sentimento de que estamos, a cada dia que passa, perdendo para o crime, para a violência e para a insegurança. (Citações retiradas entrevistas coletadas)

Avaliando-se o conteúdo dessas frases, buscou-se questionar qual seria o tipo de policial, qual o tipo de treinamento, qual a polícia ideal. Se polícia de reação, mediadora de conflito, capacitada para intervenção em situação de alto risco com o gerenciamento de crise, polícia apenas de aproximação social, polícia política, enfim, que sociedade deve escolher a polícia e o tipo de

treinamento de policiais para protegê-las. Há na sociedade duas correntes de pensamentos voltados a aspirar qual o tipo de polícia almejada que produza efeitos desejados para a solução da insegurança vivenciada. Os conservadores que querem uma polícia mais atuante, que seja repressiva, mais rigorosa e violenta que exerce plenamente a função de braço armado do Estado. A outra, os progressistas que anseiam por uma polícia mais humana e mediadora de conflitos, legalista e profissional que respeita a dignidade humana. Dessa forma, há muito se questiona qual modelo de polícia ideal para atender a demanda social por segurança e ao mesmo tempo ser qualificada e preparada para as demais adversidades que norteiam a atividade de policiamento. Já existe no Senado Federal em Brasília, um projeto de Lei que defende a desmilitarização das polícias militares Estaduais e unificação das polícias militar e civil, visando dar uma nova formatação na segurança pública no Brasil. Ressalta-se que no Estado do Ceará, governadores anteriores ao atual, envidaram esforços para a integração das duas polícias, buscando atuação conjunta para a solução da insegurança e não a unificação. Assim, ainda prevalece na sociedade a demanda por um novo modelo de polícia, não importando a sua natureza ou o tipo de organização e profissão. Qual a melhor polícia para a sociedade ideal, se militar, civil, política, cidadã, comunitária, de aproximação, preventiva, repressiva, legalista, técnica, tática ou o Ronda do Quarteirão. Assim, qualquer tipo de polícia seria aceito desde que atenda os anseios sociais de cada momento histórico da sociedade. Entretanto, não se encontrou até os dias atuais forma ideal de polícia.

A Segurança Pública no Estado do Ceará está passando por transformações na redução do tempo e o tipo de formação dos policiais cearenses, bem como da carga horária, prejudicando sobremaneira o serviço a ser prestado. Os gestores da segurança pública e os policiais em geral, sabem que suas funções não consistem somente em realizar policiamento ostensivo geral ou investigação ou serviço cartorário para poderem evitar ou reprimir a criminalidade. É da responsabilidade dos órgãos policiais a preservação da ordem pública e esse desiderato não podem ser alcançados sem que haja tranquilidade pública, porém, tranquilidade exige competência para se obter confiança. Não basta apenas aumentar a quantidade de policiais nas ruas para que a sociedade se sinta tranqüila, é necessário aumentar bons policiais em intenção e preparo técnico que são obtidos já no período de formação, tendo que inicialmente nas suas funções diárias de mediar conflitos interpessoais. As estratégias de treinamentos de forma continuada visando capacitar com um formato mais diferenciado e especial os policiais para a função de negociador de conflitos e integrantes de grupos táticos de gerentes e negociadores de conflitos para intervenções imediatas em ocorrências de alta complexidade, se torna imprescindível para a atuação em eventos de grande repercussão e que

seja necessário mobilizar policiais de grupos de choque.

Em ações reais de abordagem a veículos, ou em qualquer outro tipo de evento que possa trazer risco de morte para qualquer pessoa ou em casos que tenham a figura de reféns, não se emprega a força das armas, antes de se esgotar todos os canais de negociações com o seqüestrador ou o causador da ocorrência, por profissionais treinados para conduzi-la. Tais providências devem ser adotadas para que se evitem resultados lamentáveis, como o risco de uma “bala perdida” matar o refém, algum cidadão transeunte ou mesmo outro policial. Assim, acredita-se que é um risco muito grande e não vale a pena essa exposição de comprometimento. Técnica de intervenção policial como uso da força e sem o seu das armas hoje se torna imprescindível para uma postura institucional não rotineira que exige planejamento analítico especial e capacidade de implementação através de treinamento de ações de choque continuado.

Dessa forma, é fato notório que no cenário nacional e no Ceará em particular que a pressa, a rapidez, a forma corrida, o imediatismo e a urgente necessidade por serviços qualificados de profissionais de todas as áreas, não tem proporcionado a disponibilidade do tempo essencial para a formação adequada. Nesse contexto, a demanda por servidores públicos cearense da área de segurança com qualificação e capacitação é resultado de uma preocupação crescente na sociedade diante o quadro de insegurança e que assiste a forma precária de capacitação desses servidores necessitando uma modificação na metodologia e no modelo atual de formação. Aliada a essa precariedade, ainda há a utilização do medo, como pedagogia institucional, pautada na disciplina e na hierarquia militar, como meio de controle, para o cumprimento da escala de serviço e omissão em intervenções em ocorrência que possa resultar em comprometimento pessoal.

Percebe-se que ocorre uma mudança radical na vida do jovem que ingressa nas corporações policiais do Ceará, onde na busca de um bom salário, de estabilidade profissional, status de autoridade e em certos casos, ou as utilizam como degrau enquanto aguardam oportunidade de emprego melhor, sem vocação e sem compromisso, onde num curtíssimo hiato temporal de três meses transformam e modificam sua vida, seu comportamento e atitudes pessoais para atuarem diariamente nas ruas no combate a crimes de toda tipologia, como se dormisse uma pessoa e acordasse outra.

Assim, é fato público e notório, pelos resultados apresentados e divulgados pela imprensa que não existe para os policiais cearenses recém formados, um tempo de maturação necessária que o possibilite internalizar a verdadeira missão da Corporação que demanda dedicação, equilíbrio emocional, responsabilidade e uma disciplina pública quase sacerdotal e

compromissada com os interesses de segurança da população, bem como a adoção de um novo comportamento e conduta social que o identifique com a nova profissão, somado a falta de acompanhamento nos primeiros meses de atuação, por um policial mais experiente. Procedimento essencial que deveriam ser proporcionados pelo Estado durante a formação desse novo policial e com esse acompanhamento possa produzir e reproduzir nele um controle emocional compatível com a função, não o deixando se envolver emocionalmente nas ocorrências, controle e responsabilidade no manuseio com perícia e técnica das armas, respeito às normas e regras da instituição e respeito ao público interno e ao cidadão que vai servir. Todavia, um dos maiores entraves desses mesmos jovens quando procuram a iniciativa privada para conseguir um primeiro emprego é justamente falta de experiência. Contudo, apesar de não ser percebido, observa-se que não há, nas Corporações policiais cearense, uma política de valorização profissional dos policiais mais antigos e mais experientes que possa, através de projetos educacionais da pasta da segurança pública, transmitir conhecimentos técnicos e táticos e as experiências adquiridas ao longo da vida policial aos mais novos, os quais, atualmente não estão sendo aproveitados quando estão próximos de se aposentarem, sendo simplesmente desprezados e alijados de suas corporações por não terem mais serventia para a segurança pública cearense em razão de idade e fragilidade corporal.

3. AS DEFICIÊNCIAS NA CAPACITAÇÃO ADEQUADA AOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Tema recorrente que vem sendo amplamente debatido diariamente pela sociedade, pela mídia e por integrantes das próprias instituições policiais, no que diz respeito à atual forma de treinamento e capacitação dos profissionais de segurança pública cearense, resultante nas inúmeras ocorrências atendidas pelos novos policiais com resultados trágicos, indicando a precária, inadequada e deficiente capacitação dos integrantes dos órgãos policiais do Estado do Ceará.

O desempenho das funções de policiamento Ostensivo impõe como condição essencial para a eficiência operacional, o completo conhecimento da missão, que tem origem no prévio preparo técnico-profissional, decorre da qualificação geral e específica e se completa com o interesse do indivíduo (MANUAL DE POLIAMENTO OSTENSIVO PM MINAS GERAIS. p-13, 1-45).

Para conhecer a missão a ser desempenhada, se faz necessário uma qualificação e uma capacitação adequada, sem isto, certamente teremos casos desagradáveis praticados por quem tem o dever Constitucional de guardião de direitos e garantias individuais e coletivos e das diversas formas de vida, bem como da proteção ao patrimônio, tendo como ator principal o polícia cearense.

Há uma série de interfaces que norteiam a conduta do profissional de segurança pública no exercício de sua atividade. Ele deve ter uma variação constante de comportamentos de abordagem a seus interlocutores, resultante dos diversos locais onde trabalha e o tipo de público com o qual vai ter que interagir, o treinamento recebido, formação e capacitação assimilada. Nessa visão, a comprovação das deficiências na formação, amplamente divulgadas pela mídia e traduzidas nas ações violentas e desastrosas praticadas por policiais, existentes como herança de uma polícia desqualificada, sem investimentos necessários da gestão política Estadual, instituições enfraquecidas pela falta de investimentos, não somente de recursos materiais, mas também na qualificação e capacitação dos integrantes, além do reconhecimento financeiro, através de melhores salários a esses profissionais. A falta de reconhecimento como serviço público essencial a uma boa qualidade de vida, é patente e anunciada diariamente pela mídia, nas carências no atendimento de ocorrências, na precariedade das comunicações, no comportamento inadequado de alguns policiais e nas ações desastrosas resultantes dessas deficiências. Inexistência de cursos de qualificação continuada; Ausência de cultura voltada ao respeito dos Direitos Humanos; Ausência de meios materiais para a qualificação; Cartuchos para os cursos de treinamentos de tiro;

Pistolas para utilização nos treinamentos e no policiamento; A compra de armamento moderno e automático de calibre padronizado pelas polícias do Brasil, sem a participação de policiais com conhecimentos técnicos para uma avaliação de qualidade desse armamento, durante essa aquisição e nem o treinamento adequado para o manuseio correto desse armamento.

Com a subordinação aos Governadores, e a criação das secretarias de seguranças públicas estaduais, houve certa fragilidade das policias cearenses, as quais não têm mais autonomia de comprar seu próprio armamento, viaturas e outros equipamentos, ficando a critério dos gestores da administração do Estado e dos investimentos na área de segurança. Não há por parte das instituições, quando trocam o armamento ou adquirem outros para uso de forças especiais, um treinamento geral e adequado para esses profissionais no manuseio desses armamentos. Recentemente o Estado adquiriu veículos de médio porte e automático (hilux) para serem utilizados no policiamento de rua, porém não houve um treinamento adequado, através do curso básico para condutores de veículos de emergência, fato constatado e divulgado pela mídia de nosso Estado, de forma geral nas ocorrências de trânsito envolvendo esses veículos. A necessidade de uma capacitação e profissionalização competente que habilitasse esses policiais, e assim não exporem a própria vida e também não colocar em risco a vida de transeuntes, além dos danos causados ao patrimônio público, resultando prejuízo na prestação do serviço por falta de viaturas na rua. Com efeito, essa deficiência de capacitação tem produzido resultados negativos às instituições traduzidos nos vários acidentes com esses veículos por imperícia de seus condutores.

O imperativo por uma formação mais qualificada, de um treinamento mais rigoroso, do aumento no tempo de realização do curso para que o candidato possa internalizar mais os objetivos e finalidades doutrinárias da Corporação, além da necessidade de um acompanhamento por profissionais mais experientes durante o atendimento de ocorrências aos novos policiais, são providências urgentes, apontadas pela sociedade e por integrantes dos órgãos policiais cearenses que poderiam minimizar as carências atualmente detectadas na conduta dos recentes servidores incluídos na pasta da segurança pública do Estado do Ceará.

3.1 As conseqüências da deficiência na formação e capacitação dos policiais cearenses no exercício das funções

A herança cruel deixada, pelas administrações Estaduais traduzidas no sucateamento e enfraquecimentos das instituições policiais, aos profissionais de segurança pública, alijando-os do conhecimento e qualificação necessária ao desempenho de suas funções, tem

ocasionado reflexos negativos na qualidade do serviço prestado para a sociedade, por esses encarregados de aplicação da Lei. A maneira de como essa política pública era conduzida, traduzia o momento pelo qual a sociedade passava, onde se vivia o momento da era industrial, cujas pessoas não tinham tanta importância, pois eram facilmente substituídas em virtude do serviço manual e de forma mecânica que executavam.

O atual cenário montado para o desempenho das atividades de segurança pública em nosso Estado serve de alento para a insegurança vivenciada pela sociedade, traduzidas na aquisição de veículos novos e equipamentos adequados para as polícias. Atitude política digna de reconhecimento, porém, apesar da atenção dispensada, dos esforços e investimentos que estão sendo franqueadas para as instituições policiais, e em particular aos seus integrantes, nos diversos cursos de formação e capacitação, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, ainda se tem um longo caminho a percorrer para que se possa alcançar uma segurança pública eficaz e eficiente traduzida nas ações de polícia preventiva e ostensiva. Obviamente é de se reconhecer que não se muda uma cultura Institucional e organizacional, bem como a conduta e o comportamento de seus integrantes que viveram anos a fim na escuridão de conhecimentos e qualificação de uma hora para outra. Isso deve ocorrer lentamente num processo de desconstrução e construção, de capacitação e recapacitação para que os frutos sejam colhidos há longo prazo. O Brasil proporcionou e conviveu com um apagão de reconhecimento aos setores da segurança pública, paralisando-o no tempo, e que somente com o advento da Constituição de 1988 e a renovação política no País se despertou para esse segmento público de tão grande importância para uma boa qualidade de vida.

A falta de estrutura e de mecanismos do Estado em formar, preparar e qualificar os profissionais de segurança pública para atuarem na proteção do cidadão, dificulta as ações da polícia. Essa deficiência é flagrante e traduzida nas ações desastrosas protagonizadas pelos policiais e na falta de solução de crimes, diferente da intenção do governo que não mede esforço e não impõe nenhuma restrição à aquisição de modernos equipamentos e viaturas modernas e automáticas para serem utilizados pelos policiais. (entrevista do Secretário de Segurança do Estado do Ceará, Roberto Monteiro, às 21h30 do dia 12/10/09- TV assembléia CE). Como nos ensinou Costa (2004), que a atividade policial pode ser encontrada em quase todas as formações políticas que conhecemos, desde as cidades-estados gregas até os Estados atuais. Entretanto, o seu sentido e a forma como é realizada têm variado ao longo dos tempos, de modo que a idéia de polícia que temos hoje é produto de fatores estruturais e organizacionais que moldaram seu processo de transformação histórica.

Vivenciadas direta e dramaticamente ou conhecidas de modo indireto, praticas violentas, ilegais e discriminatórias alimentam uma desconfiança geral da polícia. Somando-se a isso a percepção de que, mesmo em áreas “nobres”, as ações policiais são ineficazes e corruptas, tende-se a um descrédito generalizado quanto à possibilidade de essa polícia prover alguma segurança à população (COSTA, 2004, p. 65).

Assim, podemos destacar como consequência de uma formação e capacitação precária, inadequada e deficiente dos profissionais de segurança pública, as quais são amplamente divulgadas pela mídia, a forma errônea de abordagem durante o atendimento de uma ocorrência, no manuseio inadequado do armamento, nos disparos a ermo, nas constantes colisões e atropelamentos durante a condução de viaturas hillux, nesses casos por imperícia, imprudência ou negligência, no tratamento desrespeitoso e agressivo ao cidadão, no uso desnecessário da força motivado pelo desconhecimento de preceitos dos Direitos Humanos pela violência arbitrária ou abuso de autoridade. Todas essas carências indicadas no campo do conhecimento técnico, sem se falar nos crimes cometidos por esses mesmos policiais que de forma ativa ou passiva protagonizam outras tipologias criminosas.

A violência é um dos mais seguros indicadores a respeito da ausência de uma postura profissional e, portanto, da má-formação (ROLIM, 2006, p.45).

A violência e o abuso de autoridade perpetrados por policiais contra cidadãos comum, refletem uma série de deficiência dos regimes políticos implantados na América Latina, pois traduzam o desrespeito do Estado aos direitos civis, fundamentais para a idéia de cidadania (COSTA, 2004, p. 66).

Num relato que possa sintetizar as deficiências da atual formação dos policiais cearenses concursados para atuarem na busca da redução da insegurança, tem sido identificada no aumento da violência traduzida no crescente número de homicídios no Ceará que de forma alarmante vem apavorando a sociedade demonstrada nos 1.325 delitos fatais, ocorridos nos 285 dias do ano, resultando a triste matemática de um assassinato a cada cinco horas, segundo publicação do Jornal Diário do Nordeste, edição de 12/10/2010, além dos recentes assaltos a banco que vem ocorrendo em todo o Estado do Ceará. Outro resultado apontado dessa insegurança é que somente no ano de 2010, até o mês de outubro, quinze policiais foram mortos estando ou não de serviço, além dos crimes praticados por esses mesmos profissionais em serviço ou fora dele, somados as diversas colisões e atropelamentos perpetrados pelos novos policiais que conduzem hilux. Os Casos de suicídios dentro das instituições provocadas pelo alcoolismo, pela dependência química, pela desagregação familiar resultante das constantes transferências, as perseguições internas, as decepções e o

sentimento de abandono institucional em certas ocasiões, principalmente quando o policial é autor de algum delito que exponha a corporação.

3.2 O comprometimento da atividade policial cearense e os desvios de conduta

Muitas são as conseqüências da má formação policial elencadas diariamente pela mídia, resultantes da ausência de qualificação desses profissionais manifestadas nas ações desastrosas e na prática de crimes e desvios de conduta, alguns internalizados produzidos e reproduzidos em comportamentos externalizados nas ações diárias de policiamento. Por esses e outros fatores, muitos policiais enveredam pelo caminho da criminalidade resultantes dos constantes assédios de criminosos, devido à fragilidade a que são expostos no campo das questões financeiras, sociais, moradia, educação e a própria falta de segurança a que também estão expostos, por residirem em comunidades carentes, onde predomina a violência e a criminalidade, das quais também são vítimas de violação dos direitos humanos dentro da própria Corporação. A mudança do foco implantado atualmente no policiamento Ronda do Quarteirão de combater bandidos e criminosos para a proteção ao cidadão, adotando uma filosofia de assistencialismo geral às comunidades, tem encontrado obstáculos para o cumprimento desses objetivos, decorrentes da ausência de uma profissionalização desses policiais, bem como da necessidade de mudança de mentalidade e de uma formação que atenda os preceitos de cidadania, tanto na execução de sua atividade como no atendimento de seus direitos, também como cidadão.

Produzindo ações de violência arbitrária, os profissionais de segurança pública comprometem seriamente as instituições policiais e põem em dúvida a eficácia da qualidade do serviço patrocinado pelo Estado. Assim, podemos elencar vários fatores que identificam falhas na formação policial, passando desde o abuso de autoridade e outros descritos pela tipologia da violência policial, bem como os desvios de conduta contida no regulamento disciplinar dessas instituições. O descrédito da população na polícia como conseqüência do despreparo profissional, da precariedade e da ineficácia do aparato de segurança pública, colocado a disposição desses profissionais, que não conseguem planejar ações de cunho proativo e assim impedir o aumento da criminalidade violenta, faz com que muitos policiais lancem mão de ações e atitudes individuais e impensadas na busca de solução imediatas em situações de crises, das quais são cobrados pela sociedade, para agir e tomar decisões que dêem respostas às práticas criminosas.

Somando-se ao descrédito depositado pela sociedade no serviço de segurança pública do estado, resultado da ineficiência dos órgãos responsáveis em manter a ordem e a tranquilidade pública, ainda estão os abusos e os crimes praticados pelos integrantes desses órgãos, dos quais podemos elencar os mais perpetrados e divulgados diariamente pela mídia: *A Corrupção Policial*: embora estejam presentes, em variados graus, nos mais diversos tipos de instituições, a corrupção constitui marca registrada das nossas polícias. Isso se deve em parte aos salários aviltantes que os policiais recebem, na maioria dos estados brasileiros, em nosso Estado não é diferente, e que eles muitas vezes complementam prestando serviços (ilegais) de segurança privada, ou por meio de práticas irregulares durante o próprio trabalho. *Grupos de Extermínio e Justiceiros*: a formação militar induz a resolução imediata de problemas diários enfrentados no cumprimento da missão e conseqüentemente corroborados pela pressão social em extirpar pessoas inconvenientes daquele local. Procurados por comerciantes e outras pessoas, os integrantes dessas instituições são convocados a eliminar criminosos, delinqüentes e ladrões contumazes, como forma de limpeza social, numa assepsia desses locais, suscitando esses grupos. *Surgimento de Milícias*: grupos de policiais que reunidos, suprem traficantes e criminosos, passam a realizar atividades delituosas, prestando serviços públicos ilegais, cobrando pedágio a moradores como forma de proteção. Substituem, após expulsarem criminosos que atuavam em comunidades carentes, em conseqüência da ausência do poder público. *Ocorrências Desastrosas*: muitas são as ocorrências mal atendidas por policiais em conseqüência de uma formação deficiente e desqualificadas que resultam muitas vezes em morte ou lesão corporal em pessoas inocentes, como é o conhecido caso da Hilux:

Cerca de 25 marcas de balas de pistolas e metralhadora. Manchas de sangue espalhadas pelo interior de uma Hilux preta. As imagens retratam o terror que dois casais viveram na noite de ontem, na Avenida Raul Barbosa, no bairro Dionísio Torres, quando o veículo em que eles trafegavam foi confundido pela Polícia com a camionete de um grupo de assaltantes. Três dos quatro ocupantes do carro saíram feridos. O espanhol Marcelino Ruiz Pompeu, 38 anos, foi baleado e pode ficar paraplégico. O italiano Inocenzo Brancatino, 39, que conduzia a Hilux, teve o antebraço fraturado por um dos disparos. (JORNAL O POVO, 01/09/07).

A constatação do descrédito nas instituições policiais, amplamente divulgadas pela mídia, aliada a violência protagonizada pelos seus integrantes, reflexo da carência de qualificação individual, tem conduzido parte da sociedade com maior poder aquisitivo a contratar segurança particular fazendo com que essa atividade tenha crescido bastante nos últimos anos. O número de agentes de segurança privada supera o de policiais civis e militares no Brasil.

O grande salto no número dessas empresas ocorreu nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com dados da Polícia Federal de 2004, o número de agentes da segurança privada é de 1,148 milhão, mas deve chegar a 2 milhões se forem contados os trabalhadores sem registro legal, embora não existam dados sobre isso. Esse crescimento não se deve apenas ao aumento da criminalidade. Um de seus motivos foi à percepção, por parte das empresas, de que a insegurança poderia ser uma boa oportunidade para vender serviços. Em todo o mundo, os serviços de segurança estão presentes e em grande número, mesmo em países onde a criminalidade não subiu. A segurança privada teria crescido mesmo sem um aumento da criminalidade.

Aumento do roubo de cargas também motiva busca de segurança privada, diz Fenavist. O aumento das ocorrências de roubo de cargas no país nos últimos cinco anos é um dos motivos recentes para o crescimento da procura de vigilância privada. A afirmação é do presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jerfferson Simões. Segundo ele, a ocorrência desse tipo de crime fez com que a Polícia Federal permitisse uma flexibilização maior nos serviços de escolta armada, o que acabou refletindo no segmento de segurança privada como um todo. A escolta é um dos quatro tipos de segurança privada, em que os vigilantes acompanham cargas ou transportes de valores para evitar o roubo. (REVISTA FENAVIST SÃO PAULO)

3.3 Fatores indutores e motivadores de comportamentos opostos à função exercida

O policial, civil ou militar cearense, inconscientemente se envolve emocionalmente nas ocorrências que atendem, quer seja em contato com o infrator, com a vítima ou com as testemunhas ou até mesmo durante a apreensão de objetos, etc. Ele deve no momento da ação de intervenção, decidir quais as decisões a tomar, e essas decisões nem sempre podem ser a correta, resultada de muitos fatores internos e externos que incidem no comportamento desse agente, e que têm um grande peso nesse momento.

Ao agirem durante uma ocorrência para a imediata tomada de decisão, estando sob forte influência do fato e com a adrenalina alterada, resultante do calor do conflito, os fazem incidir às vezes a cometerem diversos erros.

Todos esses fatores aliados a insensibilidade com os problemas internos, como os de reduzido efetivo e com aqueles de interesse da instituição, bem como, a falta de uma identidade estrutural, pois cada governo que assume o mandato estadual administra esses órgãos de acordo com as conveniências pessoais e políticas, tomando decisões que melhor atendam suas intenções, como por exemplo, o que atualmente vem ocorrendo no Estado do Ceará que introduziu um novo tipo de policiamento, cuja nomenclatura dividiu, perante a

opinião pública, a Instituição Ronda do Quarteirão e Polícia Militar, discriminando policiais antigos e experientes, através de um salário diferenciado para os policiais integrantes dessa nova modalidade, mudando o estilo e a cor do fardamento, as cores e o modelo das viaturas, altera e aumenta a carga horária com uma jornada excessiva, etc.

Tudo isso têm trazido para esse profissional certo desprezo, desamparo e a falta de reconhecimento por parte do governo e da própria instituição.

O sentimento de abandono da Corporação, resultante da ausência de vários fatores, tais como: concessão de direitos sociais, de reconhecimento e prestígio, valorização profissional e como ser humano, aliado a exclusão do novo modelo opulento de polícia, tem produzido condutas profissionais desastrosas que repercutem de forma negativa nas instituições e não são levadas em consideração pelo governo que por força dos códigos de controle de disciplina ou via do controle da corregedoria e do poder judiciário cearense os impedem de exercerem os direitos a que fazem jus. Com efeito, esses policiais internalizando o descontentamento resultado da carência de efetivo, de meios materiais, de condições financeiras, e principalmente reconhecimento por ações positivas praticadas, passam a agir individualmente, por não serem entendidos por seus colegas profissionais, pois se sentem responsáveis por sua Instituição, e o que querem é tão somente ajudá-la, mesmo que atuando sozinhos no combate ao crime.

O policial tem uma cultura e uma conduta profissional de assimilar problemas e deficiências encontrados em sua profissão e nos meios disponíveis para executá-los, como se fosse culpado do que ocorreu e assim busca encontrar várias maneiras de sanar essas deficiências e problemas de forma imediatista.

A carga de exigência social por soluções imediatas, legais e convincentes dos conflitos sociais e interpessoais, a cobrança da mídia para combater e reduzir os índices de criminalidade que assola a sociedade cearense, a conduta ética, proba, impessoal, imparcial profissional e corporativista, além da familiar e as implicações e complicações com a justiça, todos esses também são fatores que interferem de forma complicadora no desencadeamento para resolução durante o atendimento de uma ocorrência policial.

3.4 A deficiência na qualificação do policial do Ceará traz outra consequência: “A bala perdida”

A fragilidade que permeiam os órgãos de segurança pública e em particular a instituição Policial militar do Ceará, por sua atividade de policiamento ostensivo preventivo desenvolvido diretamente nas ruas, é traduzida nas ações recorrentes de violência perpetrada, às vezes, involuntariamente por seus integrantes contra pessoas alheias aos fatos criminosos que estão acontecendo, resultando em ocorrências de bala perdida, vitimando inocentes.

O surgimento de uma nova modalidade de violência criminal, que ainda não encontra tipificação no Código Penal Brasileiro, a bala perdida, tem sido uma das mais citadas nos registros de ocorrências policiais que vitimam pessoas inocentes e sem nenhum envolvimento com o fato motivador dessa violência. Essa modalidade criminal tem maiores registros nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, porém muitos outros Estados do sul e sudeste do Brasil, inclusive no Estado do Ceará, também já aparecem na estatística dessa nova violência.

Dentre as ferramentas de trabalho do policial constam algemas, armas de fogo, viaturas e equipamentos de proteção individual. Fica evidente que tal ocupação decorre da preservação da ordem pública pelo uso da força em vários níveis. Nesse sentido, a ocorrência de disparo de arma de fogo, nominada como “bala perdida”, protagonizada por profissionais de segurança pública, está se constituindo num dos fatores de preocupação às instituições policiais cearenses no que diz respeito ao tipo e a forma de capacitação dos integrantes dessas forças policiais. Ao policial é atribuído o poder de polícia, legitimado pelo Estado para manter o controle social.

O poder de polícia é a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração do Estado, sendo ato imperativo e obrigatório ao seu destinatário, e quando este opõe resistência, admite-se até o uso da força pública para o seu cumprimento, inclusive aplicando as medidas punitivas que a lei indique. O poder não é ilimitado, suas barreiras e limites são dentre outros, os direitos dos cidadãos no regime democrático, as prerrogativas individuais e as liberdades públicas garantidas pela Constituição.

O já citado poder de polícia deixa de ser exercido com democracia quando ultrapassa os limites impostos pela lei, tornando-se uma arbitrariedade. Como o poder de polícia permite o uso da força física, há de ser revestido de legalidade, necessidade e proporcionalidade na ação. Várias publicações estabelecem parâmetros e princípios sobre o uso da força e armas de

fogo pelas polícias, com destaque aos Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo – PBUFAF (ONU, 1990).

[...] os policiais, no exercício das suas funções, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de utilizarem a força ou armas de fogo. Só poderão recorrer à força ou a armas de fogo se outros meios se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado desejado. Paralelamente instrumentos de controle das polícias são instituídos, a exemplo de ouvidorias, julgamentos de policiais militares em tribunais civis, cursos de direitos humanos, empregos de armas não letais e reformas curriculares.

Os fatores motivacionais, institucionais, profissionais e pessoais que presumidamente induzem os integrantes da segurança pública cearense a efetuarem disparos a ermo e em via pública protagonizando a ocorrência de bala perdida, produzindo homicídios ou lesão corporal é o objeto de estudo do próximo capítulo.

3.5 A questão da bala perdida e o policial cearense

A crescente onda de violência criminal globalizada, diariamente divulgada pela mídia, que de uma forma geral atinge a sociedade em seus diversos níveis sociais, está provocando uma sensação de medo e pavor nas pessoas que impotentes ante a percepção de crueldade da delinquência criminal, vive um cotidiano aterrorizado. Nesse sentimento, o cidadão cearense busca proteção nos órgãos de segurança pública para conter a disseminação de crimes de morte e de lesão corporal, esbarrando noutro problema de violência, desta vez protagonizada por aqueles que os devia proteger, a bala perdida.

A ocorrência de bala perdida que está vitimando inocentes transeuntes que nada têm a ver com a violência de nosso dia-a-dia, está se soma a estatística criminal quer por lesão corporal, quer por homicídio. Resultante do confronto de policiais com criminosos, da disputa de traficantes por ponto de droga ou em briga de jovens de gangues, o disparo por arma de fogo vem ceifando vidas e que às vezes são disparadas pelos próprios integrantes da segurança pública cearense colaborando cada vez mais com atos de violência policial.

Os recentes fatos e a incidência recorrente de registros de violência policial, dente eles a ocorrência de bala perdida, originada por disparo de arma de fogo, vem há muito no país se configurando em uma nova modalidade de violência policial, notadamente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e mais recentemente no Estado do Ceará e em especial na cidade de Fortaleza.

Indicativos e pesquisas divulgados pela mídia apontam para a má formação e a carência de cursos de capacitação continuada na atividade policial como um dos principais fatores dos disparos sem necessidade por policiais, tidos como bala perdida. Da forma como é divulgada diariamente, entende-se que o crime por bala perdida passou a fazer parte do cotidiano não só das comunidades carentes, mas de todos os setores da sociedade que são alvo de crimes de toda natureza, e que geralmente como resultado dos confrontos entre as forças policiais e bandidas, na maioria das vezes quem sai prejudicada é a população mais pobre e desprotegida.

Estudo realizado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro indicou através de relatório os números da violência naquele Estado no primeiro semestre de 2008. O Relatório Temático lembrou que 135 pessoas foram feridas por bala perdida, o que representou 21,1%, traduzindo uma redução com relação ao ano de 2007. Noutra recente pesquisa, o ISP, divulgou que somente no primeiro semestre de 2009, foram registrados casos de bala perdida no Rio de Janeiro, sendo lesão e homicídios. O Relatório trimestral sobre o tema “bala perdida” divulgado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) tem como objetivo apresentar o número de vítimas de bala perdida no período de janeiro a setembro de 2009. De acordo com o levantamento, 143 (cento e quarenta e três) pessoas foram vítimas de bala perdida, sendo 6 (seis) fatais e 137 (cento e trinta e sete) não fatais, no período de janeiro a setembro deste ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, observou-se uma redução de 21,0% (38 trinta e oito pessoas). Os números de 2008 foram os seguintes: 181 (cento e oitenta e um) pessoas vítimas de bala perdida entre os meses de janeiro a setembro, sendo 14 (quatorze) fatais e 167 (cento e sessenta e sete) não fatais.

Inicialmente, esse termo “Bala Perdida” teve sua origem no Estado do Rio de Janeiro, que no ano de 1992, período da ECO 92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro tinha como delitos mais comuns e mais graves os “ARRASTÕES”, praticados nas ruas e praias daquele Estado que após medidas de segurança adotadas, migraram e desenvolveram novas práticas e modalidades de crimes. Daí, “A Bala Perdida”, em virtude de sua incidência, ganhou expressividade em todo Brasil e no mundo em si. Dessa forma, estudos recentes indicam que são consideradas vítimas de bala perdida as pessoas que não tinham participação ou influência no fato que originou o disparo.

Da forma como chega ao senso comum, a expressão serve para definir a situação em que o atirador erra o alvo proposto, a bala perde-se a esmo até alvejar outra pessoa alheia a situação. Configurando-se assim na aplicação do termo “bala perdida”, por ter esse projétil se perdido do alvo inicial e encontrado outro alvo alheio ao intento do autor do disparo. “A Bala Perdida resulta de confronto entre traficantes rivais ou traficantes e policiais”. “Com o surgimento e crescimento diário de novas vítimas, lesionadas por uma nova modalidade e práticas delituosas, as vítimas passaram a serem encaminhados pelos hospitais para as delegacias para o devido Registro de Ocorrência.”

Nessa ocasião surgia e crescia as vítimas de PROJÉTIL DE ARMA DE FOGO. “Era assim chamado o acidente que ocorria, quase sempre, por imperícia ou negligência provocada por PROJÉTIL ALEATÓRIO DE DISPARO DE ARMA DE FOGO”, disparado a esmo, por policial como tiro de advertência: por torcedores comemorando vitória ou em confronto com rivais, traficantes em confronto entre si ou com policiais e disparo para o alto por apenas disparar, que se perdem de seus alvos e encontram e atingem pessoas alheias a esses fatos.

As pesquisas realizadas e as publicações divulgadas sobre as estatísticas de balas perdidas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, indicam que esses Estados são campeões em registro de ocorrências de homicídios e lesões corporais, resultados de disparo de arma de fogo que atingem pessoas alheias aos fatos criminais em andamento.

A verdade é que a ocorrência de bala perdida, que ainda não é tipificada como crime é protagonizada por diversas pessoas, dentre elas policiais, se avolumam diariamente e a opinião pública, muitas vezes depende somente da mídia ou de registros nos hospitais onde são conduzidas as vítimas, para tomar conhecimento desse tipo de delito, sobretudo de familiares e amigos dos mortos e feridos.

Para detectarmos esse tipo de ocorrência policial no Estado do Ceará e podermos assim realizar a pesquisa sobre a bala perdida, utilizamos as fichas de ocorrências da CIOPS e reportagens jornalísticas, em virtude da inexistência de tipificação para esse ato, além de não haver estatística oficial dos órgãos de segurança pública que pudessem mensurar e informar essa prática ilegal protagonizada por policiais militares e civis.

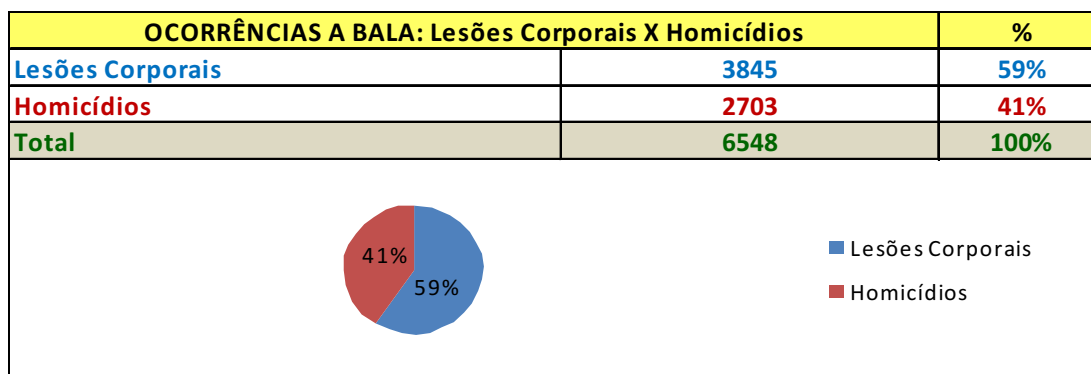
4. A PESQUISA SOBRE A BALA PERDIDA NO CEARÁ

Para chegarmos ao conhecimento dessas informações no Estado do Ceará, buscamos junto a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança - CIOPS, e a imprensa local, os dados referentes às ocorrências de homicídio e lesão corporal resultantes de ocorrência de bala perdida perpetradas por policiais cearenses, e a partir de então, feita a tabulação desses dados, foram elaborados gráficos e legendas, selecionando apenas aquelas relativas às protagonizadas por policiais. A ausência de registros pelos órgãos de segurança pública do Ceará, desse tipo de ocorrência, bem como a inexistência de estatística que especifique o caso em estudo, em virtude da falta de tipificação penal dessa modalidade de crime, nos fez utilizar como referencial de estudo para essa pesquisa, apenas os dados constantes somente nos relatórios policiais, dos fatos tipificados como crimes de lesão corporal e/ou homicídios, que resultaram de ocorrência de bala perdida, bem como nas publicações na imprensa escrita e televisiva sobre o mesmo caso.

4.1 Ocorrências à bala durante o período de maio de 2004 a abril de 2009 no Ceará

Foi tomado como base para a realização da pesquisa o período de cinco anos, compreendido de maio de 2004 e abril de 2009, objetivando resgatar nesse intervalo de tempo, um histórico dessa conduta culposa praticadas por policiais cearenses no exercício ou não da profissão de guardião dos direitos humanos. Quanto às fontes dos dados sobre os fatos, a análise está dividida em duas partes, sendo a primeira parte com informações originadas pela CIOPS e a segunda através de publicações divulgadas pelo Jornal O Povo. Consubstanciado ainda com gráficos mostrando a evolução das ocorrências com dados colhidos do CIOPS e, no final um resumo juntando os dados das duas fontes.

4.1.1 Ocorrências a Bala Segundo Dados do CIOPS no Período de maio de 2004 a abril de 2009



Fonte: CIOPS / JORNAL O POVO

Gráfico 1 - total de ocorrências à bala

No gráfico 1, acima, é disponibilizado o total de ocorrências a bala dividido em duas sub-categorias: lesões corporais com 3.845 ocorrências as quais representam 59% e, homicídios com 2.703 vítimas (41%), o que nos dá um total de 6.548 ocorrências.

No gráfico 2, a seguir, observa-se que do total de ocorrências a bala, 90 foram ocasionadas por “bala perdida”, representando 1% total.

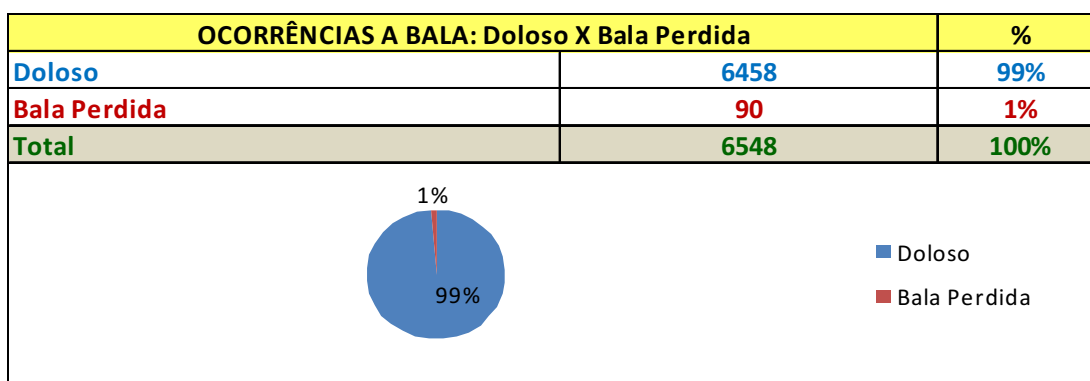


Gráfico 2 – Ocorrências à bala

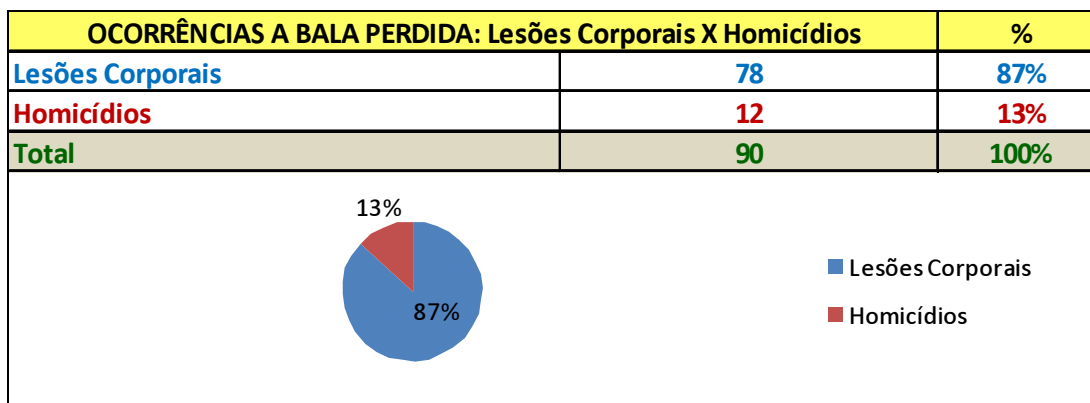
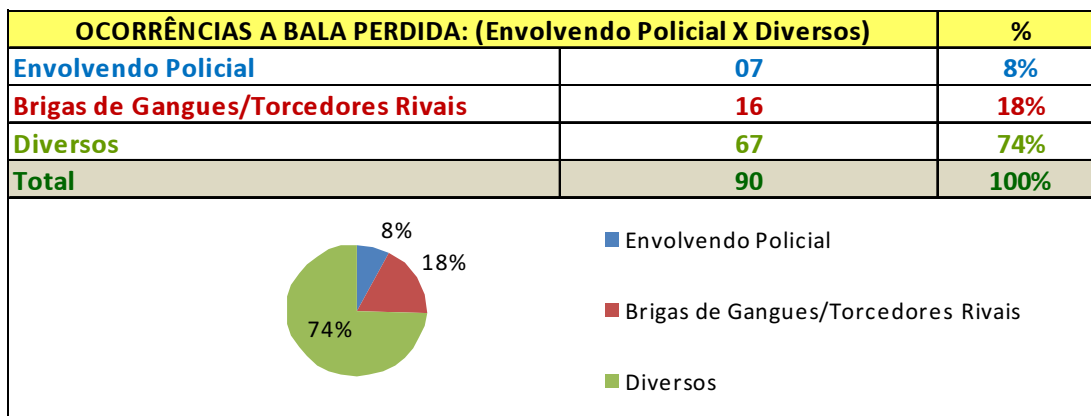


Gráfico 3 – Ocorrências a bala perdida

No gráfico 3, acima, foi feita a sub-divisão das ocorrências a bala perdida de acordo com a gravidade. Das 90 ocorrências 78 (87%) foram lesões corporais e 12 (13%) resultaram em óbito.

Conforme o gráfico 4, a seguir, desse total de 90 ocorrências a bala perdida, 07 (8%) contou com participação de policial, 16 (18%) ocorreram por brigas de gangues ou torcidas rivais e, 67 (74%) por motivos diversos.

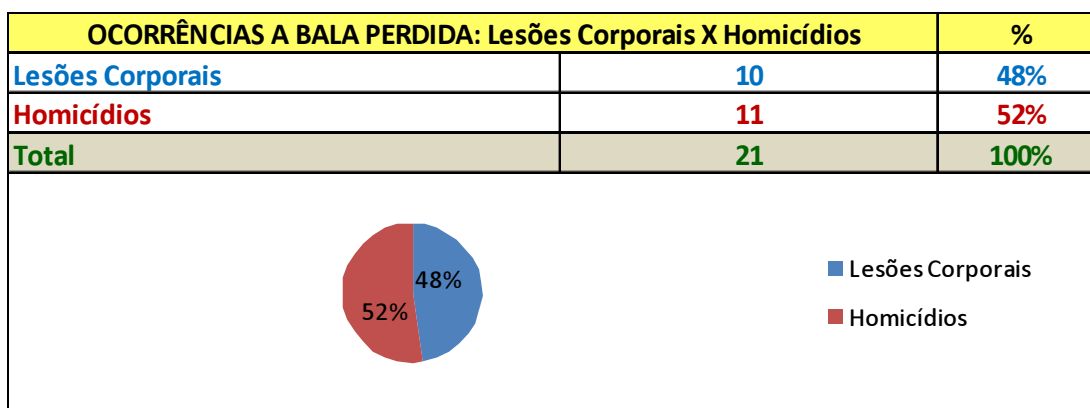


Fonte: CIOPS / JORNAL O POVO

Gráfico 4 – Ocorrências a bala perdida

4.1.2 Ocorrências a Bala Perdida Segundo Dados do Jornal O Povo no Período de maio de 2004 a abril de 2009 no Ceará

Neste caso não foi feito um levantamento das ocorrências a bala no geral, como foi feito com os dados do CIOPS. Apenas foram pesquisadas as ocorrências a bala perdida como se observa a seguir. Vale ressaltar que estes dados não constam nos registros do CIOPS, no final serão apresentados os gráficos com o total.

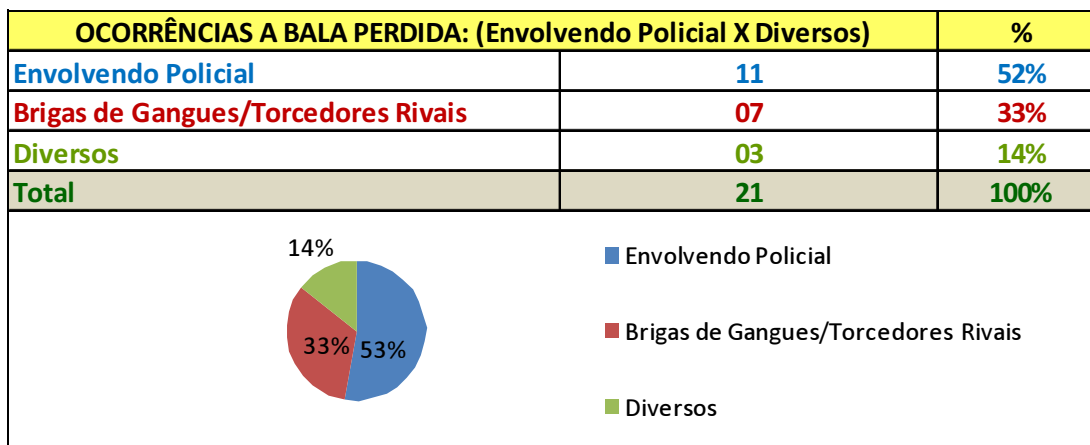


Fonte: CIOPS / JORNAL O POVO

Gráfico 5 – Ocorrências a bala perdida: lesões corporais x homicídios

No gráfico 5, acima, é apresentado o total de ocorrências a bala perdida dividido em duas sub-categorias quanto à gravidade dos fatos: lesões corporais com 10 ocorrências representando 48% do total e 11 homicídios, ou seja, 52% de um total de 21 ocorrências.

A seguir, no gráfico 6, observa-se o detalhamento destas 21 ocorrências quanto aos envolvidos e/ou causadores.



Fonte: CIOPS / JORNAL O POVO

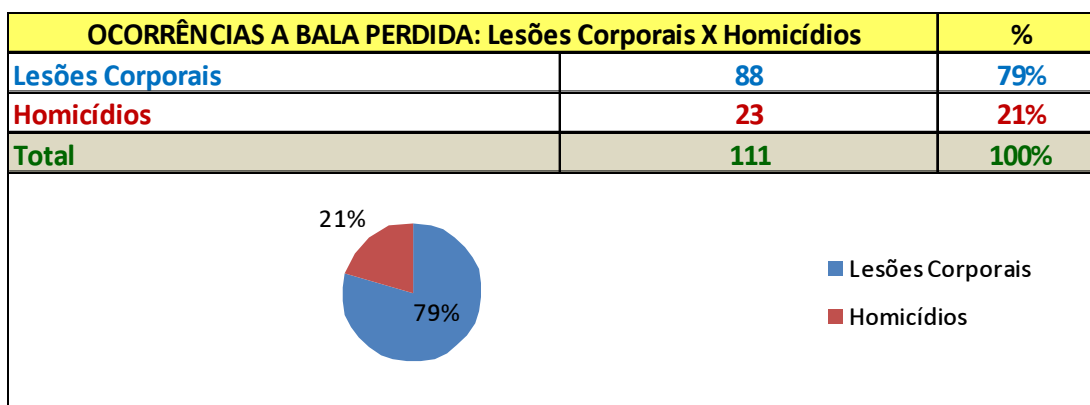
Gráfico 6 – Ocorrências a bala perdida: (envolvendo policiais x diversos)

4.1.3 Total de Ocorrências a Bala Perdida (CIOPS + Jornal O Povo) maio de 2004 a abril de 2009

Abaixo mostraremos os gráficos com o total de ocorrências a bala perdida somando os dados colhidos do CIOPS com os do Jornal O Povo.

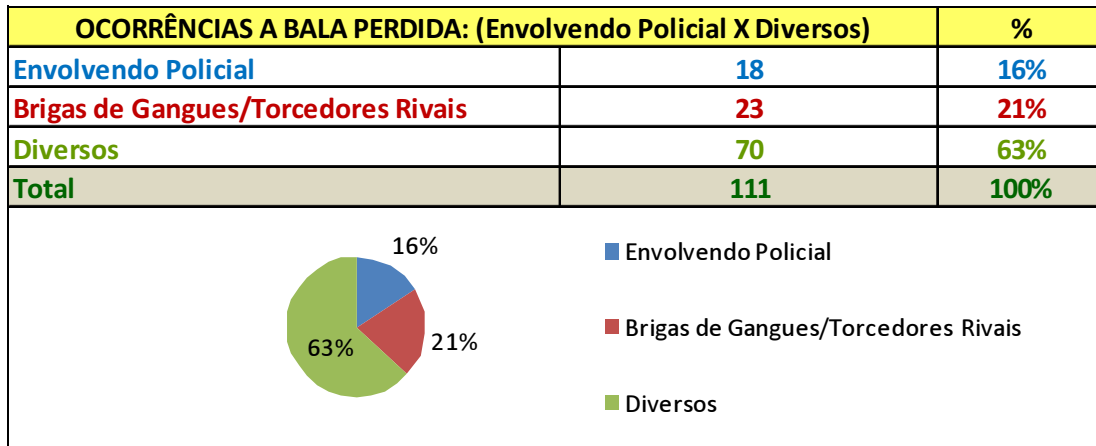
No gráfico 7 é apresentado o total de ocorrências, somando-se às ocorrências registradas pelo CIOP que foram 90 mais 21 colhidas no Jornal O Povo onde se obtém um total de 111 ocorrências, sendo: 88 lesões corporais (79%) e 23 homicídios (21%).

Desse total, 18 ocorrências (16%) contaram com participação de policial (o CIOPS só registrou 07), 23 (21%) foram causadas por brigas de gangues e/ou torcidas rivais (segundo dados do CIOPS esse número é de 16), e 70 (63%) foram ocorrências por motivos diversos (67 segundo o CIOPS e 3 segundo o Jornal O Povo), conforme apresentado no gráfico 8.



Fonte: CIOPS / JORNAL O POVO

Gráfico 7 – Ocorrências a bala perdida: lesões corporais x homicídios

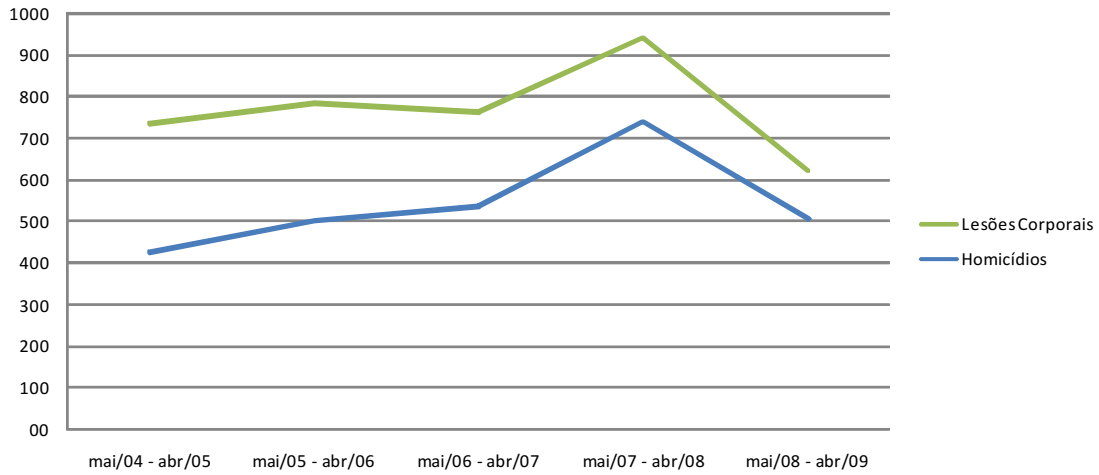


Fonte: CIOPS / JORNAL O POVO

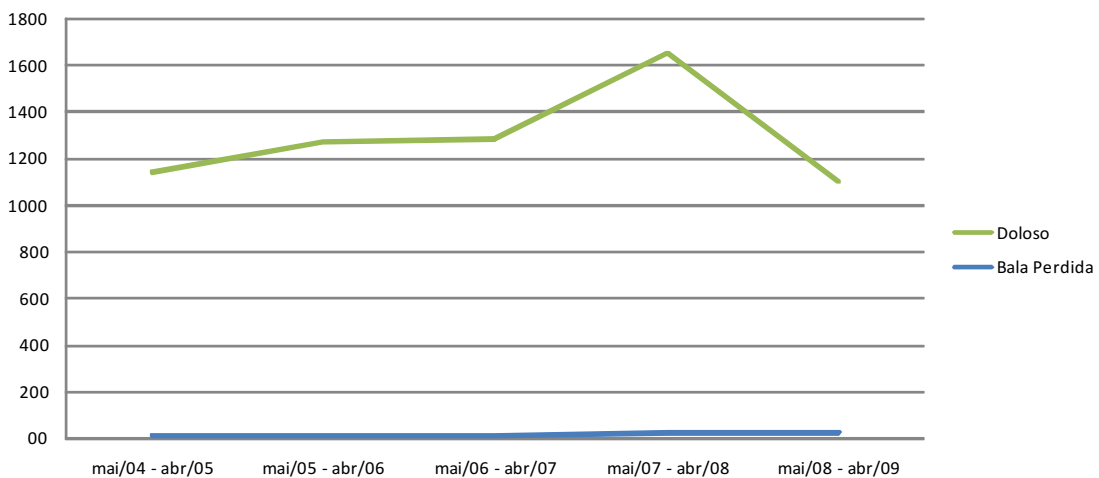
Gráfico 8 – Ocorrências a bala perdida: (envolvendo policiais x diversos)

4.1.4 Demonstrações evolutivas das Ocorrências a Bala de Acordo com Dados do CIOPS

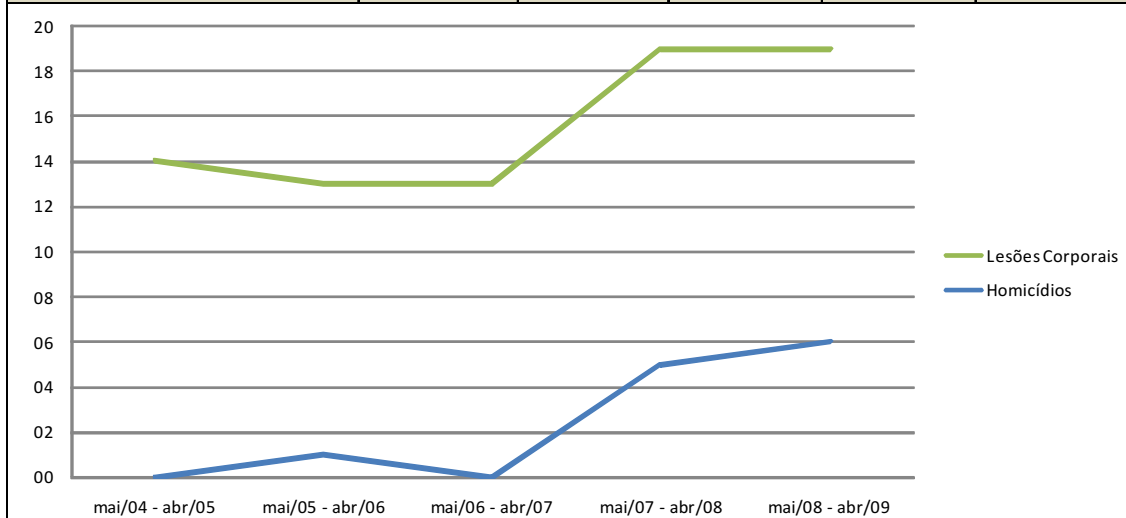
| OCORRÊNCIAS A BALA: Lesões Corporais X Homicídios | | | | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| PERÍODO | mai/04 - abr/05 | mai/05 - abr/06 | mai/06 - abr/07 | mai/07 - abr/08 | mai/08 - abr/09 |
| Lesões Corporais | 737 | 784 | 763 | 940 | 621 |
| Homicídios | 424 | 502 | 535 | 737 | 505 |
| Total | 1161 | 1286 | 1298 | 1677 | 1126 |



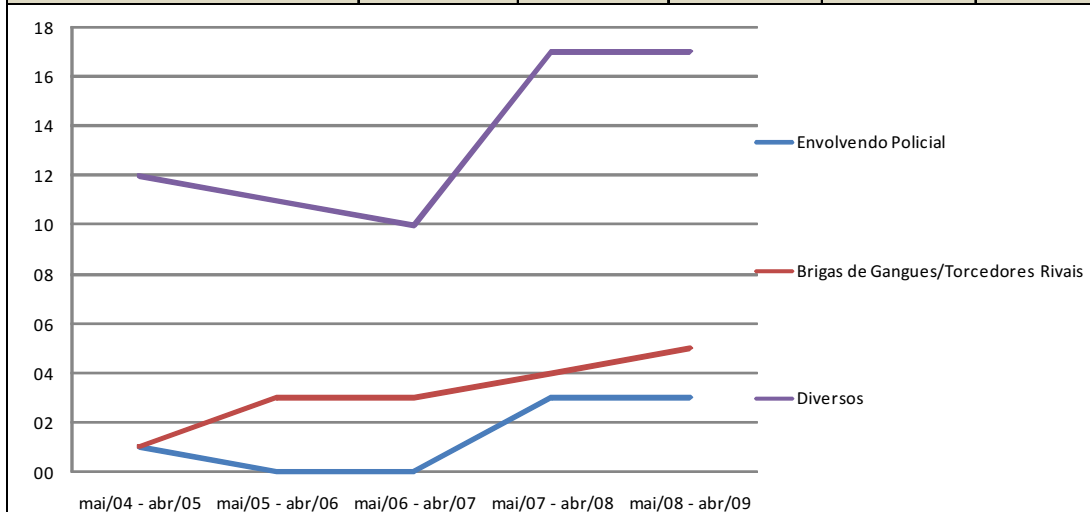
| OCORRÊNCIAS A BALA: Doloso X Bala Perdida | | | | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| PERÍODO | mai/04 - abr/05 | mai/05 - abr/06 | mai/06 - abr/07 | mai/07 - abr/08 | mai/08 - abr/09 |
| Doloso | 1147 | 1272 | 1285 | 1653 | 1101 |
| Bala Perdida | 14 | 14 | 13 | 24 | 25 |
| Total | 1161 | 1286 | 1298 | 1677 | 1126 |



| OCORRÊNCIAS A BALA PERDIDA: Lesões Corporais X Homicídios | | | | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| PERÍODO | mai/04 - abr/05 | mai/05 - abr/06 | mai/06 - abr/07 | mai/07 - abr/08 | mai/08 - abr/09 |
| Lesões Corporais | 14 | 13 | 13 | 19 | 19 |
| Homicídios | 00 | 01 | 00 | 05 | 06 |
| Total | 14 | 14 | 13 | 24 | 25 |



| OCORRÊNCIAS A BALA PERDIDA: (Envolvendo Policial X Diversos) | | | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| PERÍODO | mai/04 - abr/05 | mai/05 - abr/06 | mai/06 - abr/07 | mai/07 - abr/08 | mai/08 - abr/09 |
| Envolvendo Policial | 01 | 00 | 00 | 03 | 03 |
| Brigas de Gangues/Torcedores Rivais | 01 | 03 | 03 | 04 | 05 |
| Diversos | 12 | 11 | 10 | 17 | 17 |
| Total | 13 | 14 | 13 | 21 | 22 |



POVO Fonte: CIOPS / JORNAL O POVO

Após esse levantamento, pudemos expor, por ano, os casos de bala perdida no Estado do Ceará, os quais foram protagonizados por policiais.

Está em questionamento nos Tribunais de Justiça brasileiros e inclusive na Câmara Federal, a questão da bala perdida, cujo tema foi assunto de pronunciamento na Câmara Alta, pelo Deputado Federal Romeu Tuma, que abordou o caso de bala perdida, ressaltando que

não há involuntariedade na prática dessa ação, e conseqüentemente não se pode utilizar esse termo, pois se uma arma foi disparada, certamente temos o autor do crime conseqüente desse ato, o qual deve ser penalizado. Dessa forma, deve-se identificar e punir o autor, que por imperícia, imprudência ou por negligência, quando for somente culpa, e no dolo quando houve a intenção de acertar.

Implicações e Penalidades do Código Penal para o caso de bala Perdida

A ocorrência de balas perdidas pode ser classificada, dentro da lei, de diversas formas. Crimes de homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal grave e lesão corporal leve. O Código Penal Brasileiro prevê o crime de homicídio em seu artigo 121. Se for considerado simples, a pena varia de seis a 20 anos de prisão para o infrator. Se for caracterizado o homicídio qualificado, a pena aumenta, variando de 12 a 30 anos de reclusão. A lei diz ainda que, quando alguém faz disparos com arma de fogo na via pública, mesmo que não tenha um alvo definido, assume o risco de produzir vítimas e, portanto, responde pelas conseqüências do ato. Já o artigo 129 do CPB define o crime de lesão corporal, que pode ser grave ou leve, com penas que variam de três meses a um ano de detenção (lesão leve) e de dois a oito anos de prisão (nos caso de lesão grave). O mesmo artigo (129) prevê pena de quatro a 12 anos de cadeia para quem pratica lesão corporal seguida de morte.

4.2 O Policial Cearense, Fatores Comportamentais para a protagonização da Bala Perdida

A atividade de fazer policiamento diariamente nas ruas no combate à criminalidade e buscando reduzir a sensação de insegurança reinante na sociedade cearense é em si um trabalho bastante desgastante e estressante, pois a exposição diária da própria vida para o desempenho desse ofício deixa o profissional de segurança pública do Ceará, mesmo de forma inconsciente com humor alterado. Em conseqüência do serviço de policiamento ostensivo desenvolvido nas ruas, a atividade cartorária das delegacias, as constantes atuações como mediador de conflitos interpessoais durante a resolução das ocorrências, o combate direto ao crime, os problemas pessoais e familiares por ele enfrentado, além de outros fatores emocionais, tudo isso se constituem em ingredientes que alteram a conduta e o comportamento desse profissional, produzindo sobrecarga e estresse. Na lida diária, o policial se depara com vários cenários de atuação e diferentes comportamentos individuais e coletivos em que vai interferir. Não sabendo se vão retornar para casa quando sai para o trabalho, pois

seu “mister” é enfrentar o crime e a violência expondo a própria vida, no que resulta num comportamento agitado e vigilante. Um caso particular se observa na polícia militar, cuja assimilação entre seus integrantes é sabida e entendida de que o policial só em vestir a farda já sente um cansaço psicológico, uma fadiga psicológica, cujos resultados muitas vezes são traduzidos nas diversas formas de atuação na resolução de crises.

Com efeito, acredita-se que o tipo de serviço executado pelo policial é de natureza desgastante e embrutecedor, implicando assim como fatores que influenciam no desempenho da atividade do profissional de segurança pública. Em seu dia-a-dia, essa pessoa enfrenta situações de conflitos atuando como mediador e interfere em comportamentos individuais totalmente diversificados, aliado aos diversos níveis sociais com que interage. Diversas situações inesperadas de intervenção do policial onde, em algum caso resulta fatalidade por disparo a esmo, interpretada por bala perdida, podem transformar a vida desse policial de um momento para outro, fazendo-o sair em fração de segundo da condição de guardião dos direitos humanos para a condição de bandido, criminoso e vilão, taxado pela sociedade e pela mídia sensacionalista, pois esse policial tem a obrigação de ter todo o treinamento, habilidade e capacidade, devendo ser infalível no desempenho de sua profissão.

Não é qualquer empresa privada ou pública que exige de seu profissional um estado de ânimo ótimo e de um nível considerável de paciência que possa intervir e gerenciar conflitos interpessoais sem se envolver emocionalmente, sem perder a calma e o controle e ao mesmo tempo ser atencioso e diligente, agradando apenas uma parte. Noutra ocasião deve agir com energia, coragem desprendimento e autoridade, ariscando a própria vida para salvar a de outro. Enfrentar criminosos, quadrilha organizada, tráfico de drogas, etc. Não podendo cometer erros, ser infalível, ser profissional, companheiro, amigo, educador, conselheiro, enfim ser um “SUPER HOMEM”. Ademais, ele deve ainda ser íntegro, probo, um bom chefe de família, bom pai, bom marido, bom vizinho, bom, bom, bom. O policial deve ser tudo isso e mais ainda, para poder cumprir seu desiderato profissional, devendo saber e internalizar comportamentos que o faça entender que os problemas de humor não devem interferir na conduta ou no tratamento dispensado por um policial no desempenho de seu serviço de proteção da sociedade e reduzir a criminalidade.

Há uma excessiva carga de cobrança da parte da sociedade, da Instituição, familiar e uma auto-cobrança profissional sobre esses servidores da segurança pública cearense para que diante uma situação de qualquer ocorrência, produzam respostas e resultados imediatos que solucione de forma imparcial, impessoal e legal o caso que está interferindo. O policial em

qualquer situação, de folga ou de serviço e principalmente fardado, atue de forma acertada e com serenidade para “**resolver**” qualquer crise que se depare. A exigência social que reúne todos os atores da comunidade e da mídia em torno desse agente de segurança pública cearense para a tomada de decisões em situações complexas e de difícil solução são fatores que certamente interferem nos resultados. Essa demasiada exigência, certamente contribui muitas vezes, como decorrência dessa pressão, em respostas equivocadas, o que desencadeia erros, implicando até em ocorrências com resultados desastrosos que trazem repercussão negativa para a instituição e um desgaste político do governo.

Nesse entendimento, verificou-se que o policial quando sai para trabalhar, sai com o estado emocional abalado por vários fatores. Trabalhar com o próprio emocional para resolver problemas de toda ordem, conflitos, comportamentos e condutas emocionais dos outros, requer bastante equilíbrio emocional e psicológico próprio, bem como uma formação e capacitação de alto nível, além um treinamento adequado, especial e continuado com avaliação periódica para uma melhor e adequada utilização de seu instrumento de trabalho, a arma de fogo.

Diferentemente dos servidores de outras atividades e de outras pastas da administração pública estadual, além dos trabalhadores comuns que quando chegam ao trabalho não terão que resolver crises, intervir em crimes e tomar decisões imediatas sobre matar ou morrer, atirar ou não, prender ou não, etc., como fazem os policiais quando estão de serviço ou mesmo de folga é uma conduta exigida diariamente dos profissionais de segurança pública cearense. Outro fator de diferencial é o atendimento que desejamos e queremos quando chegamos numa repartição pública ou privada, nem sempre é o que queremos e assim desejado por nós. Em alguns casos temos que esperar, e muitas vezes até voltar noutro dia, noutro horário, para poder ser atendido. Mas para o trabalho da polícia, o atendimento deve ser imediato e a contento para a sociedade, pois a segurança pública não aceita vácuo, não pode esperar, caso contrário, a violência, a criminalidade, a insegurança e a intranquilidade se instalam e passam a disseminar os desrespeitos as normas de convivência social.

As diversas formas de ausência de meios e condições encontradas durante os cursos de formação e nos cursos de capacitação, em muito contribuem para uma fragilidade e falta de prepara para esse policial enfrentar situações complexas de crise, vez que sua formação para atuar sempre acompanhado ou em grupo, reflete em ações negativas quando atua desacompanhado. O temor do possível resultado negativo de sua ação e as implicações com a justiça, a exposição na mídia, os comprometimentos profissionais, institucionais, familiares e

persoais são tidos como fatores que influenciam no desdobramento dos acontecimentos durante o atendimento ou interferência em

No exercício da atividade policial, o profissional de segurança pública cearense tem como principal instrumento de proteção pessoal e do cidadão uma arma de fogo quer seja ela um revólver, pistola e armas de outros calibres, da qual, na maioria dos casos, não recebeu nenhuma capacitação técnica de manuseio prático e nem teórico sob os efeitos do uso dessa arma e mesmo assim deve usá-la a qualquer custo para poder enfrentar em nível de igualdade os criminosos que cada vez mais adquirem armamentos mais modernos e praticam tiros, sem se preocuparem com os custos e nem a quantidade de munições a serem gastas por cada membro, cujos disparos para treinamento são realizados nos bairros periféricos e nas favelas onde dominam.

Dos diversos fatores apontados como consequência da falta de preparo técnico-profissional adequado para os profissionais de segurança pública, além de outros comportamentos adversos e ações de desvio de conduta, a bala perdida com autoria policial tem sido atualmente um dos principais indicadores dessa deficiência. Segundo vem divulgando a mídia sobre as recorrentes ocorrências de bala perdida perpetradas por policiais, além da constatação pela pesquisa realizada, a qual detectou o aumento dessa nova modalidade criminosa, ser o principal fator desse tipo de ocorrência, justamente a ausência de cursos de capacitação e uma qualificação continuada e específica nessa área, além de um acompanhamento psicológico periódico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Ceará vem promovendo diversas transformações estruturais na Segurança Pública. Observa-se a aquisição de equipamentos de defesa e proteção individual, bem como de tecnologia de ponta para a prestação desse serviço. Tais mudanças tiveram início no ano de 1997, com o governo de Tasso Jereissate. Essa administração apresentou propostas e implementou ações de melhorias continuada para as polícias cearenses. A partir daquele ano, passou-se a ter uma percepção de que essa pasta era para a sociedade cearense uma política social de grande relevância. Houve, à época, uma tentativa de integração das ações policiais, através do Sistema Integrado de Defesa Social (SINDS), dos Distritos modelos e das Unidades de Segurança Integradas (USI). Infelizmente essas medidas não tiveram a devida continuidade. Vê-se, ainda hoje, uma divisão na prestação do serviço de segurança pública. A divisão de tarefas entre as polícias civil e militar é um fator que burocratiza o atendimento social nessa área e dificulta sensivelmente a integração desses órgãos.

Nesse contexto, os atuais resultados negativos na segurança pública cearense, traduzidos no aumento da violência e da criminalidade, inclusive contra os próprios integrantes das forças policiais, são constatados pela sociedade, por integrantes dessas instituições e divulgados diariamente pela mídia. Um fato que se destaca é a deficiente formação dos profissionais de segurança pública no Ceará.

Neste trabalho buscou-se entender a formação dos policiais militares e civis. Assim, o estudo abordou de forma especial os policiais militares por terem a função ostensiva e realizada diretamente nas ruas. A formação desses profissionais foi historicamente classificada, sob o ponto de vista do ensino, em três fases. A primeira, de cunho eminentemente de formação militar na PM, tinha os cursos realizados em regime de internato e aquartelamento, sendo coordenados pelos próprios órgãos policiais.

Em um segundo momento os cursos aconteceram em parceria com a UECE. Nessa fase foi implementada uma nova metodologia de ensino, a partir da qual foram incluídas matérias relacionadas aos direitos humanos, ocorrendo uma pequena redução da formação militar, com a presença de professores universitários. Na terceira e atual fase se percebe uma mudança radical na formação e capacitação dos novos policiais. O curso é realizado de forma terceirizada. Há a participação da empresa privatizada “CESP/UnB” que ficou responsável pelo acompanhamento e supervisão de todas as fases do curso de formação de soldados, com

uma expressiva redução da hierarquia e da disciplina. Dessa forma, muitos setores sociais acreditam que essa delegação de competência do Estado, inclusive com a redução do tempo de curso (de oito para três meses), está sendo um óbice que está dificultando um melhor aproveitamento na capacitação desse novo integrante. A ausência da disciplina e da hierarquia nessa atual formação é um fator de questionamento e resultado de vários problemas internos de relacionamento respeitoso na polícia militar.

Os altos investimentos na atual gestão do governo do Estado em segurança pública, com a aquisição de viaturas automáticas modelo hilux, armamentos potentes, equipamentos modernos, a inclusão de novos policiais, a formação e a capacitação terceirizada e a intenção de desmilitarizar a polícia ostensiva com a implantação de um novo modelo de filosofia de polícia, Ronda do Quarteirão, inclusive com a mudança de uniforme e a proporção de melhores condições de trabalho a esses novos integrantes, produziu uma exclusão da polícia ostensiva tradicional e dos policiais experientes no serviço, cuja percepção de perda e fracasso e a desmotivação têm interferido sobremaneira na prestação do serviço de segurança para a sociedade cearense.

Essa modernização e a mudança dos moldes de fazer segurança ostensiva implementada nos órgãos policiais não foi suficiente para reduzir a sensação de insegurança motivada pelo aumento da criminalidade. Assim, os reflexos dessa nova metodologia de formação apressada e deficitária são apontados nos acidentes de trânsito e atropelamentos por hillux conduzidas por jovens sem experiência com esse tipo de veículo automático, nas ações desastrosas protagonizadas por policiais no atendimento de ocorrências, na exigência social por mais policiais nas ruas e pela falta de efetivo. Produz-se, assim, uma cobrança excessiva na carga horária desses novos policiais e um aumento dos disparos a esmo, produzindo ocorrência de bala perdida. Observa-se também a falta de energia e segurança nas ações desses policiais durante a intervenção em conflitos. Some-se a isso a fragilidade e a exposição de suas vidas que estão sendo ceifadas. Tais condutas tem sido recorrentes para os policiais recém contratados pelo Estado do Ceará para a atividade de segurança pública.

Nesse questionamento de deficiência e precariedade de cursos de capacitação de toda ordem para esses profissionais que os qualifique para o exercício pleno, seguro e com confiança social no desempenho de suas atividades ostensivas, observa-se um em particular que é o de manuseio de armas, principal instrumento utilizado para defesa própria e do cidadão. Essa deficiência, traduzida na carência de cursos teóricos e práticos de tiro, bem como no repasse a esses policiais de armas novas adquiridas pela polícia para a utilização no

serviço diário, têm provocado uma série de casos de disparo a ermo, acidente ou incidente de tiro. A imperícia, a imprudência e a negligência nesses casos, têm vitimado pessoas inocentes e levado ao descrédito o serviço policial. Tais fatos são amplamente divulgados pela mídia, que atribui tal deficiência a falta de qualificação para o exercício da profissão.

Acredita-se que a crescente incidência da ocorrência de bala perdida no Estado do Ceará, com autoria atribuída a policiais militares ou civis, tem como motivação a falta de treinamento e a ausência de cursos de capacitação técnica nessa área que os habilite a terem maior controle de suas ações no uso desse instrumento de trabalho. Podem ser relevantes múltiplas capacitações em diversas áreas e um acompanhamento psicológico periódico, face ao tipo de serviço estressante e embrutecedor desenvolvido por esse profissional, fatos estes agravados pelas cobranças da sociedade por respostas imediatas durante a mediação de conflitos interpessoais.

Entretanto, é do senso comum que é imprescindível ao Estado do Ceará continuar investindo na polícia militar e na polícia civil através de uma formação, capacitação e no treinamento de forma continuada. É necessário valorizar e aproveitar o potencial dos policiais mais antigos e com experiência profissional para que possam transmitir valores e responsabilidades institucionais, objetivando alcançar um melhor preparo profissional através de disciplinas técnicas e táticas rígidas, voltadas a intervenções em ocorrências de alta complexidade e de gerenciamento de crises, com conhecimentos específicos da área de polícia de choque e não somente dentro de filosofia de boa vizinhança sem nenhum preparo de polícia de reação.

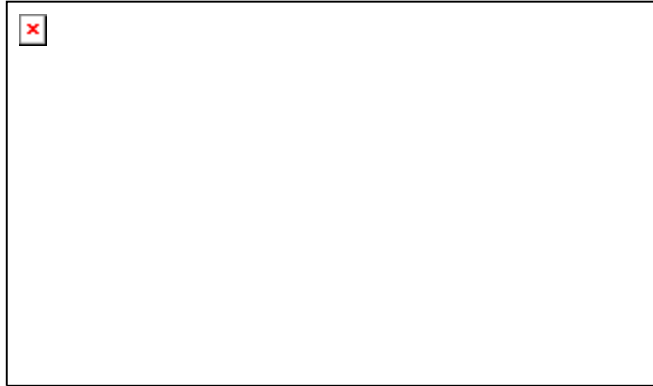
De igual forma, deve ser imperativa a necessidade de uma avaliação constante desse aprendizado e das práticas decorrentes do ofício de polícia. O treinamento e a capacitação são os pré-requisitos indispensáveis a todas as profissões para o exercício competente. O treinamento periódico se mostra essencial, pois os policiais lidam com vidas humanas e com questões alheias à própria vida. Ambas as profissões não aceitam vácuo, porque se isso acontecer, o crime, a violência e a insegurança social geral se instalará e terá como consequência inúmeras vidas ceifadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERY, Maria Amália P. A. e SÉRIO, Tereza Maria de A. P. A violência Urbana: aplica-se a análise de coerção? Conferência apresentada no IV Encontro da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC) realizada em Campinas em 1995.
- BEATO F., Cláudio C. Ação e estratégia das organizações policiais. Texto retirado do site <http://www.crisp.ufmg.br/> em 14 nov. 2009.
- BEATO F., Cláudio C. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. Texto retirado do site <http://www.crisp.ufmg.br/> em 14 nov. 2009.
- BEATO F., Cláudio C. Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability. Texto retirado do site <http://www.crisp.ufmg.br/> em 14 nov. 2009.
- BEATO F., Cláudio C; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. Texto retirado do site <http://www.crisp.ufmg.br/> em 14 nov. 2009.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo em perspectiva, n. 18 v. 1, pg. 119-13, 2004. Texto retirado do site <http://www.scielo.br/> em 14 nov. 2009.
- BRASIL. Constituição. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2004.
- LOPES JUNIOR. Aury Lopes. Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal. 4 ed. São Paulo: Lúmen Júris. 2006.
- MARTINELLI, João Carlos Muniz e CHEQUER, Marco Antônio Amaral. Análise das práticas culturais – Contribuição de Anthony Biglan 1995.
- MANUAL DE POLICIAMENTO OSTENSIVO POLICIA MILITAR MINAS GERAIS.
- ROLIN, Marcos. A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zr. 1006. p.45.
- ROVEGNO, Andre. O inquérito policial e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Campinas: Bookseller, 2005.

ANEXOS

ANEXO I



SEGURANÇA EM BAIXA

ACIDENTES VIRAM ROTINA

Nas ruas e avenidas de Fortaleza, acidentes com as novas viaturas da Polícia Militar vêm ocorrendo diariamente

CUSTO DE CADA CAMINHONETE

R\$ 150.000,00



07/10/09

Durante uma perseguição a bandidos, viatura do Ronda se choca contra um poste, na Avenida Washington Soares



25/10/09

Viatura do Gate colide na traseira de um caminhão na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek. Dois PMs feridos



23/10/09

Viatura do Ronda, de prefixo RD-1039, bate em um táxi e invade residência na Rua Odete Pacheco, no bairro São Gerardo



07/08/09

Na Avenida Frei Cirilo, em Messejana, perseguição a um bandido acaba na colisão de viatura da 2ª Cia do 5º BPM



12/07/09

Outra ação policial culminou no capotamento de uma viatura da PM, na Avenida Jornalista Thomaz Coelho, em Messejana



10/06/09

Colisão lateral provoca o capotamento de uma viatura da 5ª Cia/5º BPM, em plena Rua Padre Valdevino, no Centro



12/05/09

Mais uma colisão provoca dano em uma viatura da PM, na esquina das ruas Solon Pinheiro e Saldanha Marinho



09/07/08

Colisão frontal de uma Hilux do Ronda do Quarteirão na Avenida Mister Hull, no bairro Antônio Bezerra (zona oeste)



16/01/08

Hilux do Ronda se envolve em uma forte colisão com um automóvel particular, na Avenida Washington Soares

Fonte: Diário do Nordeste

Acidentes destroem viaturas

Secretário executivo: coronel PM Brasil assegura que, ter 20 por cento da frota "baixada" é "razoável" (Foto: Miguel Portela)

Acompanhamento virtual: coronel PM Túlio Studart proibiu as viaturas do Ronda do Quarteirão de perseguir bandidos

Comando do Ronda do Quarteirão proibiu os policiais de realizarem perseguições nas ruas, para evitar acidentes

Depois de denunciar na Imprensa a excessiva carga de trabalho pela qual estão sendo submetidos, os baixos salários e a existência de "duas" polícias no Estado, os policiais militares cearenses estão sendo vítimas de constantes acidentes que envolvem as caminhonetes de luxo adquiridas pelo Governo depois de uma longa polêmica no âmbito político. Cada veículo custou aos cofres do Estado - e no bolso do cidadão - R\$ 150 mil.

A falta de prática para dirigir esse tipo de veículo se soma a outros fatores - como fadiga - para a ocorrência de dezenas de acidentes, cujos números exatos nem a própria Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) tem.

Declaração

"Dizer para você que eles (policiais) têm experiência para dirigir um carro (Hilux) desse, seria uma falácia. Nem esse nem o outro tipo."

A declaração foi dada, com exclusividade, ao Diário do Nordeste, na tarde da última quinta-feira (15), pelo secretário-executivo da SSPDS, coronel PM Joel Brasil, um dos responsáveis pela implantação e coordenação do projeto de policiamento comunitário Ronda do Quarteirão. "A viatura do Ronda é para estar andando a 40 quilômetros do por hora, devagar, fazendo ronda, policiando, prioritariamente", completou o oficial.

Policiais militares ouvidos pelo Diário, que pediram anonimato (por temerem punições), alegam que não foram devidamente treinados para dirigir as caminhonetes. "É por isso que tem batida (colisão) todo dia. A gente passou a vida toda dirigindo carro pequeno, e, de uma hora para outra, mandaram dirigir esses carrões. No começo, a gente ficava até com medo de dar partida nas Hilux", declara outro policial militar.

Já o comandante do Batalhão de Policiamento Comunitário, coronel PM Túlio Studart, contesta esta versão. Segundo ele, no efetivo do Ronda há 780 policiais "antigos", e muitos já dirigiam viaturas da Polícia. "Eles passaram por treinamento e ainda estão sendo treinados. Atualmente, 20 policiais estão fazendo treinamento diário". Studart confirma que os PMs do Ronda estão orientados a não realizar perseguições.

"A determinação é essa. Essas perseguições são proibidas. A doutrina de hoje proíbe perseguições malucas, hollywoodianas. Hoje, é fazer o cerco inteligente. Não queremos que o policial saia feito maluco, nas ruas. O bandido pode, mas o policial não. Ele tem que respeitar a vida das pessoas, Não adianta colocar em risco a sua vida e a vida de outras pessoas para prender um bandido", afirma.

Studart diz que, através de monitoramento, o Comando do Ronda sabe quando qualquer RD (viatura do Ronda), na Capital e RMF, ultrapassa a velocidade de 80 quilômetros por hora. "Quando constatamos isso, exigimos explicações e orientamos os policiais".

COBERTURA

Diário tem acompanhado o drama dos PMs nas ruas

Os acidentes mais comuns com as viaturas da Polícia Militar são as colisões. Em seguida, vêm os capotamentos. Nas ruas e avenidas da Capital, além do constante perigo de enfrentamento com marginais, os policiais também estão sempre na iminência de sofrer acidentes graves.

Nos últimos seis meses, a reportagem do Diário do Nordeste acompanhou diversos casos. Um dos mais graves ocorreu há apenas três semanas, quando uma viatura do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), do Batalhão de Polícia de Choque (BpChoque), colidiu violentamente na traseira de um caminhão, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, no bairro Jangurussu. Dois policiais ficaram feridos. O acidente teria sido provocado por uma poça de óleo derramado na pista e que causou outros quatro sinistros de trânsito naquele dia.

Outro acidente grave ocorreu no dia 12 de maio, quando policiais do Ronda do Quarteirão sofreram uma colisão em Messejana, e eram socorrido por colegas em outra viatura. Quando a Hilux que levava os feridos para o hospital e passava no cruzamento das ruas Solon Pinheiro e Saldanha Marinho, no Centro, acabou também sofrendo acidente. O número de feridos, então, aumentou de dois para quatro. Por sorte, os PMs tiveram apenas lesões de natureza leve.

TECNOLOGIA

Parafernália para monitorar o Ronda

Uma sala ampla, composta de vários telões e mapas digitais, além de sistema de rádio e rastreamento por câmeras e outros equipamentos de comunicação. Toda essa parafernália foi montada pelo governo com o objetivo de acompanhar, passo a passo, o programa "Ronda do Quarteirão", principal propaganda do Governo do Estado.

Mesmo com tanta tecnologia montada, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) não consegue barrar o crescimento vertiginoso da violência armada em Fortaleza e sua Região Metropolitana. Para se ter uma ideia disso, basta citar que, num único fim de semana, 28 pessoas foram assassinadas na Capital e Região Metropolitana. No "feriadão" passado, a Ciops (Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança) recebeu, nada menos, que 40 mil ligações, segundo o secretário executivo da SSPDS, coronel PM Joel Brasil.

Violência

Os números da violência chegam a impressionar. Os assassinatos, considerados pelas autoridades mundiais como os crimes de maior gravidade dentro da macro-criminalidade - já que vidas humanas são ceifadas - não param de crescer dentro das estatísticas oficiais e da Imprensa local. A Editoria de Polícia do Diário do Nordeste já contabilizou este ano, nada menos que 1.117 homicídios somente na Grande Fortaleza. Os assaltos contra residências, ataques a estabelecimentos comerciais e industriais, assaltos relâmpagos, sequestros clássicos e virtuais, as "saidinhas" e "chegadinhas" bancárias" são outros tormentos que o cidadão fortalezense enfrenta todos os dias.

Embora não tenha apresentado à Reportagem do Diário o quantitativo exato de quantos acidentes as viaturas do Ronda tenham se envolvido desde a implantação do programa - no dia 21 de novembro de 2007 - o secretário executivo da SSPDS garante que as "baixas" (veículos tirados de circulação) não passam de 20 por cento de toda a frota. Brasil assegura que, diariamente, são colocadas nas ruas de Fortaleza 195 viaturas e, em torno de 39 delas (20 por cento) estão "baixadas".

Para que o serviço não fique comprometido quando ocorre a quebra de alguma caminhonete, há uma frota de viaturas reservas, sendo 38 para a Capital e Região Metropolitana e outras 15 para o Interior, portanto, 53 Hilux reservas. "Se eu tenho 20 por cento de baixas, em acho razoável dentro de uma frota de 195 viaturas. Se você está rodando dentro de uma cidade de difícil mobilidade, onde as pessoas não respeitam o trânsito, onde o trânsito é caótico e você jogar 195 viaturas, ter 20 por cento de baixa eu acho razoável.

A minha grande preocupação é estarem todas as áreas atendidas", afirma o coronel Joel Brasil. Para ele, os acidentes "não estão atrapalhando" a operacionalização do serviço de policiamento."

Curso

Sobre a preparação dos policiais destinados a dirigir as caminhonetes, o oficial explica que no Batalhão de Polícia do Choque (BpChoque) há PMs treinados em direção progressiva e defensiva. Eles, juntamente com PMs da Companhia do Policiamento Rodoviário (CPRV) e técnicos do Detran, deram cursos para os motoristas policiais do Ronda. "Não vou dizer que todos os que fazem esse curso saem craques na direção."

DENÚNCIA

Dirigente diz que "dinheiro público está indo pro ralo"

"Um investimento altíssimo (a compra de caminhonetes de luxo para a Polícia) está indo pro ralo. É um absurdo o que estão fazendo com os nossos policiais. O Estado está colocando para dirigir essas viaturas policiais que ainda estão com carteiras de Habilitação provisória, isto é, guiadores que ainda estão sendo avaliados pelo Detran. Some-se a isso, uma carga horária escravizante. Já pensou, dirigir uma viatura dessa durante seis noites seguidas? São 48 horas semanais, uma jornada de trabalho que afronta a Constituição brasileira. Esse investimento, repito, está indo pro ralo." A declaração foi feita ao Diário do Nordeste pelo subtenente P. Queiroz, presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Aspramece). Segundo ele, os acidentes têm ocorrido com frequência devido a um somatório de fatores, entre eles, a falta de habilitação dos PMs e a fadiga por conta da escala de serviço. "O governo está desrespeitando a Lei, pois o Código de Trânsito Brasileiro, em seu artigo 164, determina que só pode dirigir veículo de emergência o motorista devidamente habilitado e treinado para este tipo de atividade. O que está acontecendo é que eles (PMs) não sabem o que fazer na hora de uma manobra mais arriscada, que exija uma perícia maior. Some-se a isso, essa jornada estressante, que é uma verdadeira escravidão". O presidente, afirma ainda que, "tenho 27 anos como policial militar e só vi a corporação oferecer curso de habilitação para os policiais nos anos 80".

FERNANDO RIBEIRO/ EMERSON RODRIGUES
JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE

ANEXO II

POSIÇÃO OFICIAL (22/6/2009) DIÁRIO DO NORDESTE

Líder do governo diz que não há efetivo



Risco à sociedade: Nélson Martins diz que redução da jornada prejudicaria o trabalho ostensivo da PM
(Foto: Fábio Lima)



Acidentes nas ruas: as colisões com viaturas policiais viraram rotina nas ruas da Capital
(Foto: Miguel Portela)

Nélson Martins garante que a solução para o problema virá com o ingresso de mais PMs. Novo concurso será feito

Em entrevista ao Diário do Nordeste, o líder do governo na Assembléia Legislativa do Ceará, deputado estadual Nélson Martins, se reportou sobre a posição do Estado em relação ao assunto, e foi taxativo: “Nesse momento o governo não tem como reduzir a jornada de trabalho dos policiais. Isso iria prejudicar sensivelmente a população, pois o efetivo policial no Estado é insuficiente.”

Segundo o parlamentar, o projeto de lei que trata da Segurança Pública foi sim, encaminhado

à Assembléia Legislativa do Estado.

“Apenas o artigo que trata da regulamentação da jornada de trabalho não foi. Mas, o problema está sendo tratado. No ano passado foi feito um concurso para a contratação de mil policiais. O Estado está contratando mais dois mil e, logo em seguida, será automaticamente aberto o terceiro concurso para mais dois mil policiais.” Conforme o deputado, na Capital, os policiais já ‘optaram’ por uma jornada diária de oito horas. “Mas no Interior isso é impraticável, pois não há contingente suficiente.”

Nélson Martins disse ainda que o governo está apoiando o ‘Projeto Pró-Cidadão’, pelo qual serão contratados agentes de cidadania que irão atuar em cidades do Interior do Estado, reforçando a Segurança Pública e colaborando com o trabalho das autoridades policiais.

Em relação à ação de improbidade contra o governador, impetrada pelo também deputado estadual Heitor Férrer, Martins assegurou que ‘se trata de uma ação sem nenhuma consistência. Não há improbidade administrativa. O governador Cid não causou nenhum prejuízo ao Estado. Estamos acompanhando este fato, mas não há consistência alguma para se falar em improbidade ou outro crime.’

Sem prejuízo

Coincidentemente ou não, depois de um ano do lançamento do programa de policiamento comunitário Ronda do Quarteirão, os acidentes envolvendo as caminhonetes do Ronda têm se tornado mais freqüentes nas ruas da Capital e da RMF. Segundo alguns policiais, a rotina estafante tem atingido principalmente os policiais que dirigem os veículos. Obrigados a circular durante todo o período do turno, com permissão para poucas e rápidas paradas, os PMs motoristas ficam mais estressados ainda que os companheiros de patrulha. Semanalmente, é registrada uma média de quatro a seis acidentes com as viaturas ou motos do Ronda, maioria, colisões.

Entrevista

*FLÁVIO SABINO**

Associação dos PMs cearenses revela as graves conseqüências para a tropa

Qual a carga horária dos policiais militares do Ceará?

Os militares deste Estado, lamentavelmente, não têm uma carga horária definida por lei, o que se tem é uma cultura de escalas. Na Capital se trabalha 48 horas, de acordo com escala implantada pelo Ronda do Quarteirão, onde se trabalha oito horas durante seis noites e folga apenas uma noite à cada sete dias, e sempre no mesmo dia da semana, mas nunca nos fins de semana.

E no Interior do Estado?

No Interior, a situação ainda é pior, em média os policiais trabalham 96 horas semanais e não ganham nada a mais pelo excesso trabalhado. Hoje em nosso estado, ficamos a mercê da vontade de cada Comandante de Unidade, que colocam os militares para trabalharem de acordo com Eles (Comandantes) acham convenientes.

Qual tem sido o posicionamento da associação diante do fato?

A ACS/PMCE tem cobrado das autoridades solução para essa situação absurda, e para essa escravidão que vivem os militares deste Estado. No dia 30 de Abril de 2008, após uma acalorada audiência Pública, conseguimos sensibilizar os deputados da situação e da oposição, quanto à regulamentação da carga horária dos militares, na ocasião o governo, através de seu líder na Casa, deputado Néelson Martins, fechou acordo com a categoria e o Legislativo que, em um prazo de 180 dias, encaminharia a lei regulamentando a carga horária dos militares. Acordo firmado na lei 14.113/2008. O governo não cumpriu o acordo.

O que essas escalas têm provocado na tropa? Quais as conseqüências?

São inúmeras as conseqüências, dentre elas podemos citar: degradação da família (muitas separações), ausência de vida social, em comunidade e nem familiar. Os homens estão estressados, vários casos de denúncias na Corregedoria. Tomamos conhecimento que existe um alto índice de apresentação de atestados médicos. Já solicitamos, por várias vezes, o quantitativo deste montante de atestados ao Secretário da Segurança Pública, contudo até hoje nos foi negado.

** Vice-presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM do Ceará*

ANEXO III

REGISTRO DE CASOS DE BALA PERDIDA ENVOLVENDO POLICIAIS E OUTROS AUTORES NO ESTADO DO CEARÁ

VIOLÊNCIA NA PERIFERIA (26/12/2007) JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE

Balas perdidas mataram oito

Mão armada: tiros disparados em via pública quase sempre atingem inocentes. Vítimas são mortas ou, quando sobrevivem, sofrem seqüelas graves e permanentes. Operações desarmamento são realizadas diariamente

26/12/2007

As circunstâncias em que os crimes ocorreram são bem diversas. O primeiro caso de 2007, registrado no dia 3 de fevereiro, teve como vítima José Alberto Silva Paixão. Ele morreu depois de receber um tiro quando passava nas proximidades da Rua Grito de Alerta, bairro da Colônia (Zona Oeste da Capital). Lá estava ocorrendo uma briga de gangues.

Ainda naquele mesmo mês, no dia 20, o estudante Fábio Gonçalves de Almeida, de apenas 13 anos, recebeu um tiro, por acidente, no momento em que um soldado da Polícia Militar e outro homem tentavam acertar um inimigo, na Barra do Ceará. Os disparos a esmo em via pública atingiram também o pedreiro Carlos Alberto Rufino de Sousa e a estudante Ana Kélvia de Lima, de 12 anos, socorridos com vida.

Seqüestro

Houve ainda, em 3 de maio deste ano, um seqüestro-relâmpago que terminou em tragédia. Sebastião Mendonça Moreira, de 35 anos, passeava de bicicleta pelo bairro Pan-Americano quando uma bala perdida o atingiu. Estava havendo um tiroteio entre assaltantes que executavam um seqüestro-relâmpago e policiais militares. Sebastião passou justamente naquela hora.

Outra briga de gangues, em 25 de maio, resultou na morte de Hildene de Sousa. Ela recebeu dois tiros. Em 12 de junho, o universitário Antônio Neilton Farias, de 24 anos, foi atingido por um tiro na cabeça, sentado, no banco de uma topique. O jovem voltava para casa quando o veículo foi invadido por assaltantes. Durante o roubo, policiais militares cercaram a topique e dispararam vários tiros. Uma das balas foi de encontro ao jovem.

Foi por causa de um depósito bancário que a dona-de-casa Marinete Marques de Mesquita, de 59 anos, perdeu a vida este ano. No dia 30 de julho de 2007, Marinete saiu de sua residência e foi até a agência do Banco do Brasil do bairro da Parangaba, para fazer um depósito. Na saída do banco, a dona-de-casa se deparou com um confronto entre assaltantes e policiais militares.

Não teve tempo de se abrigar das balas que eram disparadas em plena calçada da agência bancária. Recebeu um tiro, foi socorrida, mas não resistiu.

Pouco mais de dois meses depois, a vida de outro cidadão foi interrompida de maneira triste. Francisco de Assis Palmeira Filho, de 54 anos, mestre-de-obras, tinha o hábito de sentar na calçada defrente ao seu pequeno comércio, no bairro Olavo Oliveira. No dia 14, ele estava na companhia de amigos, jogando damas, quando policiais militares entraram na rua, perseguindo assaltantes. Os bandidos tinham roubado uma farmácia e fugiam. Tiros, correria. O mestre-de-obras foi baleado no coração. Leonardo Coelho Sales, motorista e amigo de Francisco, foi atingido por um tiro que perfurou suas pernas.

O último caso fatal foi o da estudante Patrícia Andrade da Silva, 15 anos. A garota levou um tiro no abdome quando estava na porta de casa, no bairro Pirambu. Foi mais uma vítima do fogo cruzado entre bandidos armados.

TIRO

Garota grávida foi baleada na varanda de sua residência

Se o número de óbitos preocupa, o de pessoas feridas, que sobreviveram aos ferimentos à bala é muito maior. Diariamente, diversos casos de lesão corporal chegam ao Instituto Doutor José Frota (IJF), bem como aos demais hospitais de atendimento de emergência da Capital e da Região Metropolitana de Fortaleza. Em meio às dezenas de casos de lesão corporal produzida com armas de fogo estão aqueles de pessoas que levaram tiros 'de graça' nas ruas da cidade.

Um caso típico desta modalidade de ocorrência policial vitimou a adolescente Cleiciane Duarte dos Santos Silva, de 17 anos, grávida de três meses. Ela estava na varanda de sua casa (no bairro Quintino Cunha), pegando uma toalha, quando foi atingida por um tiro na cabeça durante um confronto entre policiais militares e assaltantes. A garota permanece internada no IJF.

Números

O mapa mensal de atendimento de ocorrências pela Polícia Militar, controlado pela Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops), revela que uma média de 122 casos de lesão corporal a bala é registrada por mês. Entre janeiro e junho deste ano, 737 ocorrências deste tipo foram registradas pela Ciops. No mesmo período do ano passado, foram 652 casos.

No caso de identificação do autor dos disparos, este é indiciado por tentativa de homicídio ou lesão corporal. A principal dificuldade encontrada pela Polícia para esclarecer os casos de bala perdida é o temor das testemunhas.

Valorização humana

As políticas públicas de Segurança tinham que ser direcionadas para o ser humano, como alvo principal. Desta forma, outros seres humanos deixariam de ser alvos acidentais. Se formos analisar esta questão da bala perdida, veremos que um viés muito importante não está sendo considerado: o da valorização do homem, principalmente aquele que faz a Polícia.

Este é um problema sério. Existem várias vertentes que influenciam diretamente para que este tipo de violência tenha virado uma rotina. Uma delas é a seguinte: hoje, quando policiais chegam à favela, para atender a uma ocorrência, são recebidos a bala. Houve uma mudança na conduta do bandido. Antigamente, a Polícia impunha mais respeito. Com o passar do tempo, os bandidos foram se organizando e se armando melhor. E se ele recebe um policial a tiros, obviamente o policial tem que reagir para defender o seu bem maior, que é a vida. E desta forma, há um número maior de tiroteios e maior chance de haver um inocente, ou vários, no meio do fogo cruzado. O primeiro passo, certamente, é promover cada vez mais ações fortes, direcionadas para o desarmamento.

Há ainda um grupo de ações com relação aos recursos humanos, no tocante à Polícia. O policial necessita de treinamento constante de tiros e de cuidados com a sua saúde, nos aspectos psicológico e fisiológico. Até mesmo no que diz respeito à visão. Se um policial não enxerga bem - porque não há uma estrutura necessária para atender sequer à procura - como ele pode acertar um alvo? É inaceitável um policial não ter suporte para cuidar de sua saúde, não ser submetido a exames periódicos para se prevenir das doenças.

28/4/2009

A vítima caminhava com uma criança, quando foi atingida por uma bala no tiroteio entre PMs e um grupo de assaltantes

As balas perdidas provocaram a quarta morte, este ano, no Ceará. O fato mais recente ocorreu anteontem à noite. A dona-de-casa Antônia Regina Gomes de Oliveira, 33, caminhava pela calçada com uma criança de três anos sentada sobre seus ombros, quando foi atingida na cabeça por uma bala disparada durante tiroteio entre bandidos e Polícia, no município de Pacajus (a 51 quilômetros de Fortaleza).

FOGO CRUZADO (27/4/2009)

Balas perdidas ceifam 3 vidas

27/4/2009

Cidadãos viram alvo dos disparos de armas de fogo na via pública. A úmias recente foi a universitária Nádia Brito

O perigo ronda as nossas praças, ruas e avenidas, um simples ponto de ônibus e dentro dos transportes coletivos. Qualquer lugar público pode tornar-se, a qualquer instante, palco da violência que cresce na Grande Fortaleza. Balas perdidas têm deixado crianças e adultos lesionados ou mortos. Pelo menos oito pessoas foram atingidas, nos últimos três meses, por disparos a esmo de armas de fogo em via pública na Capital cearense e destas, três acabaram mortas, entre elas, um bebê de apenas oito meses.

O caso mais recente ocorreu há menos de duas semanas, tendo como vítima uma estudante de História da Universidade Estadual do Ceará (Uece). A jovem Francisca Nádia do Nascimento Brito, 22, estava num ponto de ônibus, em plena Avenida Paranjana (antiga Dedé Brasil), no bairro Itaperi, quando foi baleada na cabeça. Teve morte cerebral e o óbito foi confirmado dois dias depois pelos médicos do Instituto Doutor José Frota.

O caso teve ampla repercussão na Imprensa local e ganhou contornos mais graves ainda quando descobriu-se que o atirador foi um policial militar que estava dentro de uma topique. No momento do disparo fatal, a van do transporte alternativo estava sendo apedrejada por vários torcedores de um time de futebol.

Dois dias depois do episódio, o cabo PM Francisco Carlos Barbosa Ribeiro se apresentou à Polícia Civil e confessou ter sido o autor dos disparos de revólver feitos de dentro da topique. A investigação do crime ainda está em andamento e caminha para um provável indiciamento do militar por crime de homicídio doloso.

Paralelamente ao trabalho da Polícia Judiciária, o Comando da PM decidiu instaurar um Inquérito Policial Militar (IPM) para também apurar o caso no âmbito disciplinar. Tentando se refazer da perda da filha, os pais de Nádia já anunciaram que vão processar o Estado.

Ficha limpa

“A indenização não vai trazer de volta a minha filha, mas um irresponsável desse não deveria usar farda”, desabafou a dona-de-casa Fátima Brito, mãe da estudante. O cabo Ribeiro, porém, se defende. Ao depor na Polícia Civil, alegou que atirou para dispersar os torcedores que apedrejavam a van. Ele teria ficado ferido pelos estilhaços da janela de vidro do veículo. Ribeiro tem 50 anos de idade, 27 dos quais a serviço na PM, e sua ficha funcional é limpa. É casado e tem um filho de apenas cinco anos.

Constituído para funcionar como assistente da acusação, o criminalista Paulo Quezado acredita em dolo direto (quando alguém tenha a intenção de matar). Já o advogado de defesa do militar, Michel Rayol, sustenta que Ribeiro ‘agiu como PM’, dando a entender que argüirá em juízo a tese do ‘estrito cumprimento do dever legal’, pois Ribeiro estava fardado e, como policial militar, teria, obrigatoriamente, que agir para impedir que o conflito na via pública prosseguisse.

Outros casos

No começo do ano, mais precisamente no dia 12 de fevereiro, mais uma tragédia decorreu de balas perdidas. O bebê Gustavo Oliveira de Vasconcelos, de apenas oito meses de vida, foi baleado na cabeça quando estava nos braços do pai, o trabalhador Francisco Glayson de Vasconcelos, 20. Os dois estavam na porta de casa, na Rua Cavalcante Frota, na Colônia (Zona Oeste da Capital), quando, de repente, ocorreu um tiroteio envolvendo duas gangues do bairro. Uma das balas atingiu mortalmente o bebê.

Em janeiro, a vítima foi a dona-de-casa Maria Elza Rodrigues Gomes, 61. O palco da violência, a Rua Saquarema, no Conjunto Palmeiras (Zona Sul). Um conflito armado entre bandidos ceifou a vida da inocente. Naquele dia, por volta das 19 horas, Elza seguia para a casa de uma amiga, quando começaram a ‘estourar’ os tiros na rua. Elza foi baleada na cabeça e morreu ali mesmo, diante da amiga e vizinhos.

Coincidência ou não, a maioria das vítimas de balas perdidas são atingidas na cabeça. Foi o que aconteceu também ao menino Lucas Monteiro Bruno, de 9 anos, que, na manhã de 17 de março passado, acabou baleado quando ia para a escola. Crime ocorreu na Colônia, mesmo bairro onde o bebê Gustavo morreu. Lucas teve mais sorte. A bala atingiu-lhe de raspão e ele

sobreviveu.

No Centro da cidade, o assalto a uma ótica, deixou ferida a comerciária Antônia Cícera da Silva Farias, 38, que fazia a distribuição de panfletos na rua.

Nem mesmo em locais de maior segurança, como o Aeroporto Internacional Pinto Martins, o cidadão está à salvo das balas perdidas. Aconteceu no dia 13 de fevereiro, quando a passageira Ivânia de Oliveira, 38, foi baleada na coxa.

PROTAGONISTAS

Inocentes são mortos nas ruas de Fortaleza

Gustavo Oliveira de Vasconcelos

Ele tinha apenas oito meses de vida. O bebê Gustavo morreu atingido por uma bala na cabeça, numa briga de gangues, na Colônia *Francisca Nádia Nascimento Brito* Estudante estava no ponto de ônibus, no bairro Itaperi, quando foi baleada, na cabeça, por um tiro disparado pelo cabo PM Ribeiro

VÍTIMAS INDEFESAS

Crianças são as mais atingidas pelos tiros

‘Mãe, eu vou morrer?’ A pergunta, em tom de medo, foi da garotinha Brena Pereira de Lima, de apenas oito anos de idade, quando dava entrada na emergência do Instituto Doutor José Frota (IJF-Centro), no começo da tarde do dia 1º de abril. Minutos antes, a criança havia sofrido um tiro no braço esquerdo. A bala perdida veio da rua. A menina estava na porta de casa, na Rua Nova Jerusalém, no Parque Genibaú (Zona Oeste da Capital), quando um homem apareceu ali, de arma em punho, com a intenção de matar um desafeto. Quando os tiros começaram a ser disparados, Brena brincava com outras crianças que, por pouco não foram também feridas. Logo a Polícia Militar apareceu no local e descobriu que além de Brena outra pessoa, o jovem Nadiano Ferreira de Menezes, 28, também havia sido baleado. O autor dos disparos terminou sendo preso minutos depois. Era José Renato Soares Ferreira 36 o ‘Cãozinho’. Na tentativa de se safar da Polícia ele foi se esconder num matagal às margens do Rio Maranguapinho, mas acabou sendo logo encontrado.

Comuns

Casos como o da menina Brena estão ficando, cada vez, mais comuns em Fortaleza e se transformaram em mais um ingrediente da violência que assola a Capital e a Região Metropolitana, apesar do intenso trabalho de desarmamento feito pela PM.

Nos fins de semana, quando os registros da criminalidade dão um salto, os hospitais de emergência da Capital e Região Metropolitana, entre eles os ‘Frotinhas’ de Messejana Antônio Bezerra e Parangaba, além dos ‘Gonzaguinhas’ da Barra do Ceará, Messejana e Conjunto José Walter, e o hospital Nossa Senhora da Conceição (no Conjunto Ceará), atendem a vários casos de agressão por arma de fogo e, entre estes, os de balas perdidas. Todavia, a rede pública não tem uma estatística específica dos atendimentos.

Mas, é no 'Frotão' para onde vai a maioria das pessoas agredidas a tiros e atingidas por disparos a esmo nas ruas da Grande Fortaleza. Em fins de semana que coincidem com feriados ou dias santos (os feriadões), aquela unidade hospitalar chegar a atender até 45 pessoas baleadas. Muitas permanecem alguns dias internadas, mas não resistem às lesões.

Contudo, os óbitos não são catalogados nas estatísticas da Segurança Pública como homicídio. A subnotificação impede que haja números exatos dos casos de ferimentos por balas perdidas na Capital.

CRIMINALIDADE

Sociólogo aponta a violência difusa

“A violência que se registra em Fortaleza reflete o que está acontecendo em todo o Brasil, não é diferente. Há inversão de valores. Há uma transformação, uma modificação nos limites e no respeito. Perdeu-se a estabilidade naqueles pontos em que o cidadão poderia se agregar, como a família e a escola. A violência difusa está aí, aquela em que, a princípio, a vítima não teria nenhuma ligação com o fato. Pode ser eu, você, qualquer um. Agora mesmo, no momento em que estou dando esta entrevista, posso me tornar vítima dela.”

A declaração é do sociólogo e professor universitário César Barreira, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Para ele, apesar de ser um fato triste, o episódio em que morreu a estudante Nádia Nascimento, da Uece, é rico em aspectos sociológicos.

“É o exemplo claro da violência difusa. Uma estudante sai de sala de aula, vai para um ponto de ônibus, de volta para casa, e quando está ali é atingida por uma bala disparada em meio a um conflito envolvendo torcedores, conflito este do qual ela não estava ligada, não fazia parte. Não era personagem do conflito.”

O estudioso revela que três aspectos importantes devem ser observados na análise do avanço da criminalidade: a violência provocada pelas torcidas organizadas, o envolvimento de policiais em práticas delituosas e a violência difusa, que atinge qualquer cidadão sem que este esteja, necessariamente, no campo de risco.

“A violência gerada pelas torcidas organizadas está praticamente incontrolável. Os estádios, onde os torcedores deveriam extravasar suas emoções, tornaram-se local de uma violência que está no limite, praticamente chegou ao total descontrole. Outro aspecto é o da violência causada pelos agentes do Estado (policiais), que deveriam garantir a segurança do cidadão e agem ao contrário. É algo que precisa ser muito bem denunciado”.

Fernando Ribeiro

Editor de Polícia do Jornal Diário do Nordeste

DESPREPARO E TRAGÉDIA

Garoto morto com tiro de PM



Desespero de pai: Francisco das Chagas permaneceu quase uma hora abraçado ao corpo do filho. Ao lado deles, a moto, as ferramentas de trabalho do técnico em refrigeração e o olhar da população comovida com a cena e revoltada com os PMs
VIVIANE PINHEIRO



Tiro disparado pelo soldado Silveira atravessou o capacete que Bruce usava. O pai mostra a entrada da bala, atrás do acessório

26/7/2010

Um menino de 14 anos foi morto com um tiro na nuca durante mais uma ação desastrosa da Polícia cearense

A vida de um estudante de 14 anos foi interrompida ontem, no cruzamento da Rua Beni de Carvalho com a Avenida Desembargador Moreira, no bairro Dionísio Torres, por um tiro disparado por um soldado do Ronda do Quarteirão. O adolescente Bruce Cristian de Oliveira Sousa estava na garupa da moto de placa NQR-8368-Maracanaú, pilotada pelo pai, o técnico em refrigeração Francisco das Chagas de Oliveira Sousa, 37. O veículo trafegava na Rua Beni de Carvalho e fez a curva, à esquerda, na Avenida Desembargador Moreira, por volta das 16h40 de ontem. Naquela esquina, estava parada a viatura do Ronda do Quarteirão 1031. "Foi uma abordagem de rotina. Os policiais deram ordem para a moto parar porque havia dois homens em uma moto, usando capacetes, houve suspeita. Ocorreu um único disparo. O tiro, de pistola, foi efetuado pelo soldado Silveira, que estava na viatura", informou o major Valberto Melo, que esteve no local. Segundo ele, "a atuação foi desastrosa e infeliz". O pai de Bruce disse que obedeceu à ordem de parada dos policiais "porque não ouviu".

O único tiro disparado - e não explicado pela Polícia, ainda - ultrapassou o capacete e entrou na nuca do garoto, saindo no seu olho esquerdo. Bruce morreu na hora. Ambulâncias ainda chegaram ao local, em poucos minutos, mas não havia o que fazer. A cena comovia a quem passasse pelo local: trânsito parado, o garoto morto no meio de uma imensa poça de sangue, o pai abraçado ao corpo do filho aos prantos, as ferramentas de trabalho do pai espalhadas pelo asfalto, junto com a moto. Tudo isso, na frente da Paróquia São Vicente de Paulo. Bruce era o filho mais de velho - de três - de Francisco das Chagas. Foi preciso que tios do garoto chegassem ao local para consolarem Francisco e convencê-lo a deixar que o rabeção da Coordenadoria de Medicina Legal (Comel) levasse o corpo do adolescente. Depois disso, sentado na calçada ainda em estado de choque, o pai recebeu o apoio de freiras da igreja.

A comoção popular se misturava à revolta. As pessoas que permaneciam ali reclamavam do despreparo dos policiais militares, que deixaram o local sob os gritos de "assassinos".

O comandante do Ronda, coronel Werisleik Matias, também foi ao local. Segundo ele, a equipe da viatura 1031 foi para o 2º DP (Aldeota), responsável pela área onde o crime ocorreu para "prestar termos". "O policial que atirou está afastado da atividade funcional até que tudo seja apurado. Por que houve aquele disparo? A ordem é operacionalidade, mas sempre dentro da legalidade. Vamos chamar familiares para acompanhar tudo. Haverá uma sindicância para apurar responsabilidades".

TRISTE ESTATÍSTICA

Bruce foi a milésima vítima de homicídio

A morte do adolescente Bruce Cristian revelou, além do despreparo dos policiais militares no Ceará, outra triste realidade. A estatística crescente dos assassinatos na Grande Fortaleza chegou ao número 1000. O jovem estudante que teve a vida e os sonhos destruídos por um tiro ontem à tarde foi à milésima vítima de homicídio em Fortaleza e região metropolitana, neste ano. Somente no fim de semana, foram 13 assassinatos. Entre eles, outros dois adolescentes estavam entre as vítimas. Iranilson Mendes de Oliveira, 16, e Francisco Cleiton Silva Rodrigues, 16, foram mortos a tiros no cruzamento das ruas 30 de Dezembro e Alves Dias, no bairro Jangurussu. O duplo homicídio aconteceu às 19h15 do último sábado (24).

Também entre as pessoas assassinadas no fim de semana estava uma mulher, ainda sem identificação. Ela foi vítima de homicídio a pauladas na Rua Xavier da Silveira, no bairro Bom Jardim, que faz parte do Território da Paz. Nos casos registrados entre a noite de sexta-feira (24) e a noite de ontem, havia ainda o de um caminhoneiro paulista baleado no quilômetro 15 da BR-116, que morreu no Instituto Doutor José Frota (IJF). Ele foi identificado como Alexandre Davis Chagas de Deus. JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE - POLÍCIA